

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia e Arqueologia**

***Tempos de forja e de GESTA***

**um percurso acadêmico por entre ambiente, cultura e poder**

Memorial apresentado à Comissão Especial do Conselho de Ensino e Pesquisa para acesso à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, conforme Resolução 04/2014, Universidade Federal de Minas Gerais.

**Andréa Luisa Zhouri Laschefski**

**Belo Horizonte, agosto de 2016**

...Qué tiempos éstos en que hablar sobre árboles es casi un crimen porque supone callar sobre tantas alevosías!  
(Bertolt Brecht. In: *Poemas y Canciones...*)

Ano de 1968...Tempos em que surge uma reflexão sobre um futuro incerto e inapreensível a partir da saturação da modernidade...esses tempos de forja e de gesta nos quais se aninharam estes desejos, onde se assentaram convicções e solidariedades....(Enrique Leff. In: *Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder...*)

O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquenta e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem  
(Guimarães Rosa. In: *Grande Sertão Veredas...*)

## SUMÁRIO

<b>1 - Para começar: cenas de um cotidiano acadêmico .....</b>	<b>4</b>
<b>2 - O percurso da formação acadêmica .....</b>	<b>5</b>
<b>3 - A trajetória como docente na UFMG .....</b>	<b>13</b>
3.1 - A primeira fase: Departamento de Sociologia e Antropologia (1999-2012).....	13
3.1.1 - A criação da linha de pesquisa Meio Ambiente e Sociedade.....	13
3.1.2 - Pesquisa e extensão: nasce o GESTA.....	15
3.1.3 - “Violências e Utopias que nos convocam”: GESTA 15 anos .....	23
3.1.4 - Do licenciamento de hidroelétricas ao debate sobre conflitos ambientais.....	31
3.1.5 - A criação do curso de Ciências Socioambientais pelo REUNI .....	39
3.2 - A segunda fase: Departamento de Antropologia e Arqueologia (2012 - atual).....	44
3.2.1 - A criação da linha de pesquisa Território, Poder e Ambiente .....	44
3.2.2 - O Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais .....	46
3.2.3 - O Observatório dos Conflitos Ambientais.....	55
3.2.4 - As pesquisas sobre mineração.....	59
<b>4 - O debate sobre desenvolvimento e conflitos ambientais nas associações científicas.....</b>	<b>71</b>
4.1 - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e grandes Projetos da ABA.....	73
4.1.1 - Desenvolvimento e a prática da Antropologia .....	75
4.1.2 - Limites do consensualismo no campo ambiental .....	78
<b>5 - Inserções internacionais .....</b>	<b>80</b>
<b>6 - Para finalizar.....</b>	<b>82</b>
<b>7 - Referências bibliográficas.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>91</b>

## 1 - Para começar: cenas de um cotidiano acadêmico

### *Sob o signo da urgência*

Caminho pelo corredor do segundo andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH-UFMG) em direção à sala do GESTA, a última do final do corredor, atrás da cantina, onde estão também o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) e o Conexão de Saberes. Todos núcleos que trabalham com os temas das chamadas “minorias”: negros, mulheres, LGBTs e...meio ambiente. O cantinho da diferença, costumamos brincar entre vizinhos. No trajeto, um funcionário me cumprimenta: “Oi professora, na correria de sempre?” Sinalizo com um “pois é”, enquanto ouço meus pés ligeirinhos pelo corredor *tlac tlac tlac*...Reflico por um brevíssimo instante sobre a vida corrida na academia. Quanta pressa! Qual a urgência? *Fast science*? Produtivismo? Penso nas “demandas e dinâmicas da extensão”. Logo sou interrompida pela chegada ao meu destino. Encontro a *turma do GESTA* que me aguarda para mais uma reunião de quinta-feira à tarde. Assim tem sido há pelo menos 15 anos. Todas as quintas à tarde, reunião com a equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Mas antes de falar sobre esse núcleo de pesquisa que tem sido parte da minha vida desde que o criei na UFMG, em 2001, preciso falar um pouquinho mais sobre o tempo. Da aceleração e da pressão que, enquanto aspectos associados, configuram a vida acadêmica de quem faz pesquisa, ensino e extensão com dedicação exclusiva e se compromete com a produção de um conhecimento entrelaçado às práticas sociais que almejam, de alguma forma, produzir mudanças nesta sociedade desigual, que é a brasileira. O tempo é curto. E, principalmente na luta dos atingidos por grandes projetos “de desenvolvimento”, eu aprendi, o tempo é crucial, pois o *timing* das ações pode até mesmo, sem risco de exagero, salvar vidas.

Assim é que o tempo permite, e não permite. É preciso atender àquela aluna, terminar o artigo, preparar a aula e a apresentação do evento, mas falta fazer o campo, finalizar o relatório, responder para a liderança, comparecer àquela audiência pública, rever a nota pública (técnica e política, tudo junto e misturado) sobre aquele caso: Irapé, Murta, Mata do Planalto, Bairro Camargos, Conceição do Mato Dentro, Mariana... E fazer o memorial para pleitear a promoção à classe de professor titular. Quais as datas? Perco um prazo. Qual o próximo? E, no meio do

caminho, teve o desastre. Evento que irrompe e, de súbito, intercepta a rotina entre tantas “violências que nos convocam”.<sup>1</sup>

Entre demandas diversas, esboço ideias para a construção do memorial. Mas, logo me dou conta das dificuldades para exprimir, em um texto acadêmico, a complexidade das experiências vividas ao longo dos meus quase 18 anos de UFMG. Por um instante, lembro com saudades dos tempos de doutoramento em Essex, na Inglaterra. Um tempo só para estudar, exclusivo para leituras e escritas. Porém, de imediato sou chamada à realidade por autores como Halbwachs (1990), Portelli (1996), Pollack (1989), Thompson (1992), entre outros, que me ensinaram sobre as armadilhas da memória. Em sua seletividade, a memória é tecida no jogo entre esquecimento e lembrança, trama por meio da qual o passado é construído pelas lentes do tempo presente. Um presente dinâmico, muitas vezes impulsionado por processos sociais e políticos que, fora do ambiente estritamente acadêmico, emergem na/da sociedade e nos convocam à ação pelo compromisso assumido com a produção de um conhecimento crítico e libertador, inextrincavelmente co-produzido com os sujeitos que são, em síntese, a razão de ser das pesquisas que realizamos e a substância – corpo, sangue e saber - das teorias compartilhadas com gerações de estudantes em sala de aula. Compromisso que pode ser comprometimento, no duplo sentido da palavra - responsabilidade e dificuldade - posto a urgência dos processos que urdem a trajetória de uma única vida acadêmica.

## **2 - O percurso da formação acadêmica**

Minha iniciação acadêmica ocorreu na década de 1980, como aluna do curso de graduação em Ciências Sociais da UFMG. É desta época também o meu interesse pelo tema da Ecologia Política e dos então chamados “movimentos sociais alternativos”. Eu tinha apenas seis anos de idade quando maio de 1968 veio ensejar desejos e promover utopias na vida de muitos jovens e pensadores do mundo ocidental. Na graduação, para além dos clássicos Marx, Weber, Durkheim e Levi-Strauss, me atraía leituras de autores da Escola de Frankfurt, sobretudo Marcuse, mas também intelectuais como Antonio Gramsci, Cornelius Castoriadis, André Gorz,

---

<sup>1</sup> Referência à mesa de abertura “Utopias y Violências que nos convocan” do Encontro da Waterlat, ocorrido antes do desastre de Mariana, em outubro de 2014, em Manizales, Colombia, na qual participei como palestrante convidada.

Felix Guattari, entre outros. Foi nessa época que me caiu em mãos um pequeno livro de Jean Pierre Dupuy. A leitura de *Introdução à crítica da Ecologia Política* (DUPUY, 1981) me marcou desde o início da faculdade, suscitando questionamentos e construindo perspectivas que trago, de certa forma, até hoje:

A ecologia, no sentido amplo, com ou sem razão – teremos oportunidade de discutir esse ponto – apresenta-se como a crítica global e radical do modo de produção industrial. Enquanto tal, cúmulo da presunção, ela pretende até mesmo substituir as ideologias dominantes nascidas no século XIX – o século do cientificismo triunfante e que ela estima ultrapassadas, quando não as torna responsáveis pela crise atual. O marxismo é evidentemente o primeiro visado – e isso é imperdoável. (DUPUY, 1981:15).

Nas matérias de antropologia, eu aprendia sobre organização social e parentesco, mas era na Antropologia das Sociedades Complexas que eu me encontrava com a crítica à sociedade industrial moderna. Eu lia sobre movimentos urbanos, na Europa e nos Estados Unidos, que pretendiam retomar experiências de vida comunitária. O movimento da contracultura, uma das influências do ambientalismo em certa vertente contemporânea (THOMAS, 1989), me atraía particularmente. A ideia de autonomia, cara aos pensadores da Ecologia Política que eu lia à época (DUPUY, 1981, CASTORIADIS & COHN-BENDIT, 1981), me encontrou de maneira muito receptiva, de modo que me interessava em especial as experiências societárias ditas “libertárias”.

Com a temática das comunidades alternativas rurais eu ingressei no Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP, logo após a conclusão da graduação, em 1985. Inicialmente, minha intenção era analisar o surgimento e a constituição de uma “comunidade alternativa rural” no Sul de Minas. Eu era inspirada por observações em minha própria terra natal, Aiuruoca, lugar de natureza exuberante na Serra da Mantiqueira. Lá, eu observava a chegada de jovens oriundos dos grandes centros urbanos, São Paulo e Belo Horizonte sobretudo, que se refugiavam nos distritos rurais do município com a pretensão de viverem em contato harmonioso com a natureza. Alguns diziam estabelecer, inclusive, contatos com extraterrestres, de forma que todo esse processo me intrigava intelectualmente. No projeto para o ingresso no mestrado, eu tramava como objetivo de pesquisa compreender a relação que se estabelecia entre os moradores dessas comunidades, os “de fora” com os moradores locais, “os nativos”.

Uma pequena digressão pela história pessoal talvez possa ajudar a compreender o interesse pelas relações entre “os locais” e “os de fora” e, quem sabe, pela antropologia. Filha de pais libaneses, minha inserção na pequena Aiuruoca foi sempre marcada por um certo deslizamento (BHABHA, 2001), um trânsito entre o ser, a um só tempo, do lugar e estrangeira. Os deslocamentos simbólicos encontravam correspondência nos deslocamentos físicos, como na minha mudança para a capital mineira ainda aos treze anos de idade. A vida na cidade grande me trouxe a oportunidade, aos dezessete anos, de realizar um intercâmbio estudantil nos Estados Unidos, onde vivi a primeira experiência de ser “terceiro mundista” em um país do hemisfério norte. Foi lá que eu conheci, ainda cursando a *High School*, uma disciplina chamada antropologia. Ao retornar para o Brasil, estava claro que eu deveria enfrentar o desafio da escolha pelas Ciências Sociais. Digo enfrentamento e desafio em função das expectativas familiares, que insistiam em me direcionar para o campo das engenharias. Afinal, eu deveria ter uma profissão digna do investimento familiar realizado e das possibilidades de um futuro auto-sustentado. Foi contrariando o entendimento da família que eu cursei a graduação em Ciências Sociais na UFMG. Mas foi também pelo incentivo dela que eu pude seguir adiante, na pós-graduação na Unicamp e, posteriormente, em Essex, no Reino Unido.

A partir dos primeiros meses do mestrado na Unicamp, especificamente a partir da minha primeira inserção em campo, no início de 1986, o tema da pesquisa junto às comunidades rurais do Sul de Minas foi mudando de rumo. Isso aconteceu sobretudo a partir da minha participação em um evento programado por uma comunidade rural do município de Itamonte-MG, o qual reunira as principais figuras dos mundos “alternativo” e “ecológico”, incluindo os jornalistas Fernando Gabeira e Luiz Carlos Maciel, além de estrelas globais, como a atriz Lucélia Santos. Esse evento, intitulado “O cometa cria estrelas”, foi organizado a propósito da passagem do cometa Halley naquele período, assim como em função de uma agenda política acalorada, mais tarde compreendi, marcada pela redemocratização do país, que teria como ápice a eleição da Assembleia Constituinte de 1986. No evento, fui principalmente atraída pelo debate em torno da criação de um Partido Verde no Brasil e a forma de participação (ou não) dos “alternativos/verdes” nas eleições constituintes. Além de ter se apresentado como o tema candente do momento, esse debate vinha ao encontro dos meus interesses intelectuais pelas interações entre

cultura e política. Ao perceber o meu entusiasmo pelo assunto, bem como a relevância do contexto político da época, minha orientadora, Ana Maria de Niemeyer, incentivou uma mudança nos rumos da pesquisa.

Nos primeiros anos da década de 1980 o meio ambiente era, sem dúvidas, uma temática ainda incipiente nas Ciências Sociais. Desenvolvi minha dissertação de mestrado sobre o movimento ecológico, com enfoque para a participação dos ecologistas paulistas nas eleições constituintes de 1986, momento que colocou em relevo a agenda ecológica e ambiental daquele período. Intitulada “*Discursos Verdes, as Práticas da Ecologia – um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986*”, a dissertação registrou a correlação de forças internas ao movimento ecológico, evidenciando a emergência de um ambientalismo tecnicista e profissionalizado, em detrimento das vertentes mais “tradicionais e amadoras” do ecologismo. Esses últimos tinham uma forte influência das correntes da Ecologia Política e dos movimentos alternativos que surgiram a partir da década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos. A dissertação aliava o método etnográfico, de inspiração inglesa (Max Gluckman, Van Velsen, Edmund Leach), à Análise de Discurso, de vertente francesa (Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau, Eni Orlandi). Dessa forma, analisei as disputas em torno de uma certa identidade ecologista, os discursos sobre ecologia e meio ambiente, assim como as características organizacionais dos movimentos ecológicos e ambientalistas. Pelo imbricamento de cultura e poder, assinalo as mudanças em direção às práticas políticas mais conservadoras, que enfatizavam a formação técnica e profissional na atuação ambientalista e desprezavam as práticas que questionavam “o modo de vida urbano-industrial” de uma maneira mais propriamente ideológica e política. Foi assim que observei a passagem do discurso “ecológico” para o discurso “ambiental”. Um deslocamento menos semântico e mais significativo da mudança no perfil e nas práticas do movimento ecologista, a partir daí denominado movimento ambientalista.

Apesar de ter sido resultado de um processo longo e trabalhoso, a dissertação foi aprovada com distinção e louvor. Entendo que a despeito da juventude e da escassa literatura existente sobre o tema naquele período, consegui produzir uma importante compreensão sobre as mudanças sociais em curso naquele universo, de forma a situar o meu trabalho em uma linha diversa daquela defendida por alguns acadêmicos já estabelecidos e inseridos em outras áreas do conhecimento. Esses, a partir de diferentes quadros referenciais, analisavam as mudanças como sinalização

de uma “evolução”, ou seja, de um amadurecimento do ambientalismo, interpretação que se estabeleceu como predominante para a sociologia ambiental praticada no Brasil até os anos 1990 (VIOLA E LEIS, 1995). Ao olhar em retrospectiva, com o benefício do passar dos tempos, percebo uma certa coerência no meu percurso, pois eu já questionava à época, com os recursos teóricos disponíveis então, a consolidação da “modernização ecológica”, perspectiva da sustentabilidade cuja crítica eu viria mais tarde formular através das reflexões em torno do “Paradigma da Adequação Ambiental” (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA, 2005; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Em 1992, eu ingressei no curso de doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, na concorrida Área de Cultura e Política. Aliava o cumprimento dos créditos à docência iniciada, desde o final do mestrado, em uma faculdade particular do interior de São Paulo – o Instituto Salesiano Dom Bosco, em Americana -, onde eu ministrava aulas básicas de antropologia e sociologia para os cursos de pedagogia e administração de empresas. Essa experiência docente ajudou a forjar os fundamentos da prática de ensino, que mais tarde eu viria a desenvolver enquanto docente na UFMG.

O projeto de doutorado tinha como objetivo analisar as imagens da Amazônia construídas pelos ambientalistas em nível global. Tomando a Amazônia como tema global por excelência, eu aliava a continuidade da pesquisa sobre movimento ambientalista/ecologista com a temática da globalização, que igualmente me motivava no início dos anos 1990. Afinal, foi em 1992 que o Brasil sediou a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Eco-92, no Rio de Janeiro. Este foi um evento que reuniu mais de uma centena de chefes de Estado e, sobretudo, ONGs, movimentos sociais e ecologistas de diferentes partes do mundo no aterro do Flamengo. E, foi nessa ambiência que eu cursei o primeiro ano do doutorado na UNICAMP.

Na área de Cultura e Política eu pude construir um percurso interdisciplinar, beneficiando-me de matérias da antropologia, sociologia e ciência política. Lembrome das aulas sobre globalização ministradas por Otávio Ianni, à época imerso na escrita do seu primeiro livro da trilogia sobre o tema. “A nação é uma quimera”, repetia ritualmente Ianni a cada início de seminário. Esta frase fazia todo o sentido quando refletida na perspectiva das minhas preocupações com o tema ambiental. Críticas antropológicas à soberania do Estado, principalmente ao sentido da

existência de uma identidade exclusiva atrelada ao Estado-Nação, vieram de autores como Benedict Anderson (1991), Arjun Appadurai (1990), Gupta e Ferguson (1992), entre demais autores que me foram apresentados pelos professores Bela Feldman-Bianco, Antonio Augusto Arantes, Evelina Dagnino, entre outros.

Foi neste contexto que eu conheci Paul Thompson, especialista em História Oral da Essex University/Reino Unido, que estava no Brasil para uma conferência na ANPOCS, bem como para uma estadia como professor visitante na UNICAMP. Foi por meio de um convite seu que eu decidi realizar um doutorado sanduíche em Essex. Com uma bolsa da CAPES, cheguei àquela universidade em outubro de 1994 para um período de um ano. A ideia era realizar uma pesquisa de campo junto às ONGs globais com sede no Reino Unido (Greenpeace, WWF, Amigos da Terra, OXFAM, entre outras). Contudo, em função das especificidades da pesquisa de campo, consegui prorrogação para um segundo ano sanduíche. Ao final desse período, eu já possuía capítulos da tese escritos em inglês, textos apresentados em congressos na Europa, além de um apoio da Universidade de Essex que, por meio do meu orientador, convidou-me a defender a tese naquela instituição. A conversão do doutorado sanduíche em doutorado pleno implicava a decisão de permanecer na Inglaterra e deixar a UNICAMP, o que não foi uma escolha tranquila naquela situação. Entretanto, as oportunidades internacionais que se colocavam eram muito promissoras. Após tentativas de acordo entre UNICAMP e CAPES, conseguiu-se o entendimento de que a tese seria defendida na Universidade de Essex. Intitulada *“Trees and People: an Anthropology of British Campaigners for the Amazon”*, o trabalho foi defendido no eclético Departamento de Sociologia da Universidade de Essex, em julho de 1998, tendo como membro externo da banca a antropóloga irlandesa Kay Milton, uma pesquisadora das relações entre antropologia e ambientalismo.

A experiência em Essex foi antecedida por outras breves incursões internacionais. Ainda em 1994, como aluna na UNICAMP, obtive uma bolsa da Fundação Ford oferecida pela Latin American Studies Association (LASA), denominada Junior Lecturer Fellowship Award. Essa *grant* possibilitou-me um estágio de quinze dias na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, Estados Unidos. Lá, eu pude frequentar seminários e acessar uma literatura internacional na área da minha pesquisa, algo raro numa época em que o acesso à internet estava ainda incipiente. Em Santa Cruz eu conheci o economista James O'Connor, famoso

editor da revista *Capitalism, Nature and Socialism* e autor, entre outros, de um clássico da Ecologia Política, o artigo seminal sobre a segunda contradição do capitalismo (O'CONNOR, 1988). Além de me acolher em sua casa, com sua simpática esposa, Bárbara O'Connor, o economista leu com interesse o meu projeto de doutorado e seus comentários me incentivaram a dar continuidade à perspectiva crítica da pesquisa. Outras breves interlocuções incentivadoras ocorreram com Arturo Escobar, Daniel Mato e Evelina Dagnino, co-participantes em uma mesa redonda da reunião da Latin American Studies Association (LASA) de 1994.

Na Inglaterra, a experiência de pesquisa etnográfica naquele país pretendia inverter os históricos/coloniais papéis de sujeito e objeto de pesquisa ao fazer dos britânicos “objeto” da minha investigação. Essa foi uma experiência que transbordou o interesse acadêmico e marcou a minha vida de forma definitiva. A experiência etnográfica com diversos grupos envolvidos com a Amazônia brasileira no Reino Unido - a exemplo de ONGs, jornalistas, fotógrafos, antropólogos, empresários do setor madeireiro, diplomacia brasileira em Londres, diretores do IBAMA e da FUNAI em visita àquela cidade, representantes de entidades indígenas da Amazônia em visita à Europa - foi substrato para uma gama de reflexões e marcou o meu posicionamento intelectual e político. A oportunidade de vivenciar, de forma particular e intensa, processos políticos em nível internacional, sobretudo nos bastidores das ONGs, propiciou uma compreensão menos paroquial, acredito eu, das relações entre cultura e política nas tessituras de processos envolvendo sujeitos sociais nas diferentes escalas: local, nacional e mundial.

No que diz respeito às abordagens sobre o “campo ambiental” no circuito brasileiro-britânico/global (ZHOURI 1998), percebo uma continuidade em relação à linha desenvolvida no mestrado, porém com um nível maior de maturidade intelectual e ampliação do horizonte conceitual e teórico. Na tese eu analisei a correlação interna ao campo ambiental (conceito inspirado na teoria social de Pierre Bourdieu), com ênfase nas relações de poder entre ONGs globais e ONGs domésticas, assim como as relações entre ONGs estritamente conservacionistas (tendência que chamei de *Trees*) e ONGs com tradição de atuação em temas sociais (que denominei *People*). Foram identificadas então três vertentes do campo ambiental – *Trees*, *Trees & People*, *People* – com a predominância da vertente “*Trees*” sobre as demais. Nesse sentido, desenvolvi uma análise crítica da noção, hoje hegemônica, de desenvolvimento sustentável, que me parecia então centrada

no profissionalismo, no discurso técnico sobre o meio ambiente, na preponderância do global sobre o local, nas soluções de mercado para os chamados “problemas ambientais”, entre outros aspectos.

Atrevo-me a dizer que, tal como no mestrado, esse trabalho representou um certo pioneirismo no que se refere à pesquisa crítica sobre os processos globais, sobretudo no que diz respeito ao ambientalismo e a crítica ao desenvolvimento sustentável. Um pioneirismo também pela etnografia feita naquela época por uma antropóloga brasileira, que transformava sujeitos europeus em seus nativos. Resultados parciais da pesquisa foram publicados em importantes periódicos nacionais e internacionais, a exemplo de *Ambiente e Sociedade* (2000), *Revista de Antropologia da USP* (2001), *Horizontes Antropológicos* (2006), *Theory, Culture and Society* (2004), *Journal of Environment and Development* (2010). Vale mencionar também um capítulo no livro de Paul Thompson e Steve Hussey, publicado em 2000, pela editora Routledge, e outros artigos, derivados da tese, que foram publicados pela *Revista Brasileira de História Oral* e pela *Revista Teoria e Sociedade*, da UFMG. Lamento até hoje o fato de a tese não ter sido publicada em português, na forma de livro. Isso ocorreu em função do início das atividades docentes na UFMG, em 1999, que acabaram por me envolver em um emaranhado de conflitos ambientais em Minas Gerais, fato que alterou o curso das pesquisas subsequentes e marcou minha trajetória acadêmica e profissional a partir dos anos 2000. Ainda assim, penso que a tese seja pioneira em muitos sentidos até o presente, um exercício de atrevimento intelectual, de rebeldia epistêmica, no sentido decolonial (MIGNOLO, 2008). O capítulo, ainda inédito, intitulado *When the Brazilian Anthropologist meets her European Natives*, por exemplo, oferece depoimento e reflexão crítica sobre as condições de produção da pesquisa que envolveu uma mulher latina sul-americana, intelectuais e ativistas europeus, transformados em “seus nativos”. Dilemas do encontro entre o “ocidente” e o “Ocidente”, entre “o Sul” e “o Norte” tiveram um tratamento especial, à época inspirada por Said (1995[1978]) e Okely (1996), entre outros. O contato com a História Oral incrementou a abordagem antropológica, de modo que a procura por evidenciar as esferas e vozes ocultas (THOMPSON, 2002) permaneceram e permearam a atuação profissional como docente e pesquisadora já ingressa na UFMG.

### **3 - A trajetória como docente na UFMG**

A minha trajetória na UFMG está dividida em duas fases. A primeira teve início em 1999, quando ingresso no então Departamento de Sociologia e Antropologia (DSOA) por meio de uma vaga docente na área de sociologia. Esta fase dura aproximadamente treze (13) anos, até o desmembramento do DSOA e a criação do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA). Mas antes mesmo da criação oficial dos novos departamentos, ocorrida em 2013, a minha migração para a área de antropologia começa a se delinear como possibilidade ainda no antigo DSOA, quando a partir de 2010 os cursos de graduação criados pelo REUNI - Antropologia e Ciências Socioambientais - geram novas vagas docentes. As mudanças institucionais foram acompanhadas de inovações no exercício da docência, assim como na realização das pesquisas e inserção nas associações acadêmicas em nível nacional, processos que serão discutidos a seguir.

#### 3.1 - A primeira fase: Departamento de Sociologia e Antropologia (1999 - 2012)

##### 3.1.1 - A criação da linha de pesquisa Meio Ambiente e Sociedade

Admitida em um departamento predominantemente marcado por um enfoque centrado nos métodos quantitativos, certamente a universidade se apresentava para mim como espaço diverso daquele habitado pela aluna de graduação, décadas antes.

Logo percebi que deveria me inserir em uma linha de pesquisa da pós-graduação. A candidata natural seria a linha Sociologia da Cultura, já existente. No entanto, considerando o crescente interesse dos alunos pela temática ambiental nos anos 1990, fui estimulada a criar uma nova linha de pesquisa com essa temática por um antigo professor, tornado colega, Ronaldo Noronha. Assim, a linha de pesquisa Meio Ambiente e Sociedade foi criada na graduação em Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Sociologia. Ela funcionou por mais de uma década com um único professor, até a minha migração para o Departamento de Antropologia e Arqueologia, anos mais tarde, em 2013, quando os departamentos foram por fim desmembrados. Apesar da atuação docente solitária nesta linha, a sua produção foi

intensa ao longo dos treze (13) anos de existência, talvez uma das mais regulares do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. Foram dezoito (18) orientações de mestrado concluídas, duas (2) co-orientações e três (3) orientações de doutorado defendidas no PPGS. No curso de graduação em Ciências Sociais orientei duas dezenas de monografias, além de outras dezenas de bolsistas de extensão e de iniciação científica nesta primeira fase.

Entre as disciplinas ministradas na graduação e na pós-graduação em Sociologia, destaco aquelas relacionadas à temática ambiental, tais como Meio Ambiente e Desenvolvimento; Ecologia Política; Cidadania, Meio Ambiente e Processos Globais; Globalização, Processos Políticos e Culturais; Modernidade e Mudança Social; Sociologia do Licenciamento Ambiental; Cultura e Política no mundo contemporâneo; Cultura, Política e Território, entre outras. Cabe assinalar, em especial, a disciplina optativa Técnicas e Métodos de Pesquisas com Fontes Orais, que de fato preencheu lacunas deixadas por um curso de Ciências Sociais especialmente centrado nas metodologias quantitativas. Nesta disciplina, eram trabalhadas questões de ordem epistemológica, assim como os procedimentos que envolvem o método etnográfico e a história oral, sobretudo as técnicas da entrevista.

Nesta primeira fase, as atividades administrativas, para além da coordenação do GESTA (2001-) e do Programa de História Oral (2002-2004), incluíram a participação em colegiados de curso, seja na graduação em Ciências Sociais, seja na Pós-Graduação em Sociologia, em ambos os casos na condição de membro titular e também como suplente.

A partir de 2010, com o funcionamento dos novos cursos de graduação - Antropologia e Ciências Socioambientais – seguidos pela criação do Departamento de Antropologia e Arqueologia, assim como por inserções acadêmicas em plano mais abrangente, uma nova fase docente se inicia. Antes, porém, cabe considerar de forma especial, ainda nesta primeira fase, as atividades de pesquisa e extensão, sobretudo a criação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), e a produção de conhecimento sobre participação social nos processos de licenciamento ambiental, política energética e as consequências sociais das barragens hidrelétricas.

### 3.1.2 - Pesquisa e extensão: nasce o GESTA

Logo que cheguei à UFMG, o tema do licenciamento ambiental de hidrelétricas surgiu como questão que me “afetava” particularmente. Uma cachoeira e linda mata ciliar estavam ameaçadas por um projeto de barragem na minha terra natal.



Corredeiras do rio Aiuruoca e mata ameaçadas pelo projeto da PCH Aiuruoca.

Fui, então, procurada por conterrâneos em busca de compreensão sobre o processo de licenciamento ambiental desta obra e ajuda para defender a mata e o rio Aiuruoca. Recém-chegada de uma longa experiência no exterior, eu pouco conhecia sobre as instituições e os processos de licenciamento ambiental envolvidos no caso. Foi pela experiência forjada na busca de informações sobre o licenciamento da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Aiuruoca que o tema entrou para a agenda acadêmica de forma sistemática. Na medida em que eu percorria os “corredores” institucionais e interagia com técnicos e gestores do meio ambiente, um universo instigante, ao mesmo tempo analítico e político, se descortinava para mim. As descobertas e experiências eram compartilhadas em sala de aula com os alunos, por meio das disciplinas sobre meio ambiente que eu ministrava nesse período. A forma apaixonada com que eu expunha as vivências no processo de licenciamento ambiental dialogava com os textos debatidos com os alunos em sala de aula. Os estudantes tornavam-se cada vez mais interessados naquela estranha “novela do licenciamento ambiental da PCH Aiuruoca”. Alguns se voluntariaram para ler os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, e para participarem das

audiências públicas do Conselho de Política Ambiental (COPAM), quando o caso era por ele pautado. Desta forma, íamos desvendando juntos os mistérios da linguagem hermética, pretensamente tecnicista do EIA-RIMA, e sua estratégia desqualificadora dos impactos, o *modus operandi* do Estado, o papel dos agentes ambientais, o campo de atuação das entidades ambientalistas, os espaços deliberativos pensados como participativos, entre outros. Nascia, assim, um embrião do GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – com registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq a partir de 2001.



Alunos de graduação em 2000, Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli, em atividade extensionista na praçinha de Aiuruoca



Na travessia do rio Aiuruoca para a casa do Sr Francisco, alunos e moradores acompanham as filmagens de uma rede de TV, em 2000.

Abro um pequeno parênteses para mencionar que, nessa mesma época, concomitantemente à criação do GESTA, participei como pesquisadora do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH, núcleo que coordenei por dois anos (2002-2004), após a aposentadoria dos seus principais pesquisadores e fundadores. Durante minha gestão, destaco a visita de Paul Thompson, cuja conferência, em 2002, atraiu numeroso público, interno e externo à universidade, reacendendo o interesse pelo Programa de História Oral da FAFICH. A conferência de Thompson foi traduzida por mim e por Ligia Maria Leite Pereira para a Revista da Associação Brasileira de História Oral, em 2002. Ainda no PHO, desenvolvi a pesquisa sobre a trajetória de vida e militância de ambientalistas mineiros, por meio da qual entrevistei ambientalistas diversos, alguns já falecidos, como Hugo Werneck, figura emblemática da cena ambiental de Minas Gerais<sup>2</sup>.

Outro projeto inicial foi o Doces Matas, uma parceria internacional com a agência GTZ, da Alemanha, e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Ele possibilitou a análise de conflitos em três Unidades de Conservação da Bacia do Rio Doce, a saber: a RPPN Mata do Sossego, o Parque Estadual do Rio Doce e o Parque Nacional do Caparaó. Duas bolsas de mestrado concedidas pela GTZ resultaram nas primeiras dissertações que orientei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Sobre essa parceria voltarei adiante, ao abordar as inserções internacionais, no item 5 deste memorial.

Contudo, foi junto ao GESTA que eu concentrei meus maiores esforços de pesquisa e extensão. Contando com uma produção acadêmica sistemática, desde 2001, o GESTA foi se consolidando nacionalmente por uma produção de conhecimento crítica a respeito do modelo energético brasileiro e os processos de licenciamento ambiental, assim como por sua ação extensionista pautada pela colaboração junto aos atingidos por barragens.

O nome GESTA, surgido das conversas com os primeiros orientandos de mestrado, Luciana Paraíso e Charles Parreiras, remete menos à ideia de gestão ambiental, espinha dorsal das pretensões tecnicistas do paradigma da Modernização Ecológica (BLOWERS, 1987), para se lançar à aspiração de ser *gestação*. Um laboratório de experiências e ousadias no fazer acadêmico, que navega pela transdisciplinaridade, flerta com a indisciplinaridade e estabelece

---

<sup>2</sup> Suas histórias de vida estão registradas no PHO e podem ser acessadas pelo site. <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Projetos/Historia-dos-ambientalistas-mineiros>, acesso em 18 de julho de 2016.

diálogos entre saberes e fazeres próprios ao campo da Ecologia Política e dos movimentos sociais. Presentes no primeiro Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em 2001, participamos da sua criação e dos debates sobre justiça ambiental inspirados em autores como Bullard (1983) e Guha & Martinez-Alier (1997), que inserem as dimensões de classe, gênero e raça nos debates ambientais que visam a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente saudável. Tratava-se de uma gestação de ideias e ações que colocavam o Gesta-em-ação, entrelaçando pesquisa e extensão, utopias e resistências necessárias.

O projeto *“Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas: os casos de Aiuruoca, Capim Branco e Irapé em Minas Gerais”* foi o primeiro a ser aprovado pelo CNPq e pela FAFEMIG, assim como o primeiro a estar vinculado às ações de extensão apoiadas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, através do projeto *“Cidadania e Justiça Ambiental: participação popular em processos de licenciamento ambiental e desenvolvimento local”*. Relatos e análises sobre as experiências de pesquisa e extensão relacionadas ao tema das barragens foram publicados em inúmeros artigos, em especial, no texto em que compartilho as experiências do GESTA com o NACAB, núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Viçosa, coordenado à época por Franklin Rothman, e cuja atuação se assemelhava à do GESTA (ver Zhouri e Rothman 2008).

Entre as ações de extensão relacionadas ao tema das hidrelétricas, merece destaque o trabalho realizado junto aos atingidos pelo projeto da UHE Murta, no Vale do Jequitinhonha/MG. Foram anos de viagens de campo, inicialmente voltadas para a extensão (ver próximo item), e que renderam ao mesmo tempo as principais análises sobre barragens e licenciamento ambiental realizadas por alunos e professores no âmbito do GESTA. Dedicamos meses de leituras compartilhadas do EIA-RIMA e trabalho colaborativo junto aos atingidos para a defesa dos seus direitos, resistência à barragem e participação na audiência pública, ocorrida em outubro de 2002. Os deslocamentos de Belo Horizonte para o vilarejo de Barra de Salinas, distrito de Coronel Murta, duravam em média treze horas. Lá fizemos amigos e parceiros. Dormíamos nas casas dos moradores, com quem dávamos boas risadas nos momentos de descontração, assim como compartilhávamos sentimentos de angústia, indignação e alegrias pelas conquistas no processo de resistência ao projeto hidrelétrico. Aprendemos com eles sobre as complexas formas de se viver no semi-árido, as diferentes maneiras de se plantar e de colher, as

normas do trabalho partilhado, do gerenciamento da terra e da água, a sua organização social, enfim.



Momento de descontração com Fatinha, Nívea e Joana, moradoras de Barra de Salinas, em 2004. Zé Pequeno e sua vazante de abóboras em 2002.



Reunião na comunidade da Lavrinha em 2002.

Por meio dos conhecimentos compartilhados, pudemos juntos identificar as falhas grosseiras dos estudos de impacto ambiental que teimavam em reduzir “a pó” - pela absurda mensuração de 0,0% para a produtividade do solo - a “terra mãe”, nos dizeres de Seu Zé Loyola, que permitiu por séculos a existência das gentes bravias do Jequitinhonha profundo. Denunciamos indignados a arrogância vestida em técnica que, em ato de violência sumária, sentenciava no EIA que “as propriedades são passíveis de migração compulsória”.

Foram meses de aprendizado conjunto até a gloriosa participação na audiência pública. Muitas vezes, a travessia do rio Salinas era feita a pé, com a água pelo joelho, ao sol do meio dia, com aparelhos de TV e vídeo cassete nos ombros, alunos motivados que se empenhavam para discutir o que era uma audiência pública e como dela participar. Em outros momentos, as intervenções eram feitas em Belo

Horizonte, em audiências públicas na Assembleia Legislativa, no Conselho de Política Ambiental (COPAM) ou no Ministério Público.



Raquel Oliveira e Ednei Pêgo. Travessia do rio com TV e video cassete para reunião em 2002.



Reunião preparatória para audiência pública da barragem de Murta em outubro de 2002.

Numa outra frente de trabalho, participávamos dos debates em diferentes fóruns da sociedade civil. Participamos ativamente do GT Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, que reunia também pesquisadores e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento. Uma contribuição importante do GESTA para o debate sobre energia foi o questionamento acerca da inclusão das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no rol de energias limpas e renováveis (juntamente com as fontes solar, eólica e biomassa). Os casos de Minas Gerais, sobretudo as barragens projetadas e em implantação na Bacia do Rio Doce, na Zona da Mata Mineira, revelavam a falácia dos argumentos técnicos e ambientalistas que insistiam na máxima do “*small is beautiful*”. Sucessivas barragens

projetadas para uma mesma bacia hidrográfica, ou um mesmo e único rio, mostravam que o problema principal não era exatamente o tamanho das hidrelétricas, mas a finalidade para a qual elas eram produzidas. Tratava-se, pois, de questionar o modo de apropriação capitalista do espaço, tarefa compartilhada de forma incansável com o geógrafo Klemens Laschefski. Desta forma, colocávamos em pauta a existência de uma política energética centrada principalmente em fonte hidráulica, focada na contínua geração de energia, a partir de necessidades projetadas por meio de especulações sobre índices de crescimento populacional e da economia. Com isso, insistíamos nos limites de um debate concentrado meramente nos meios, ou seja, nas alternativas tecnológicas para geração de energia, desfocado, portanto, de um questionamento sobre finalidades, ou seja, o *para que e para quem* da produção energética.

Alguns momentos marcantes desse debate foram: a escrita coletiva da Carta de Guaraciaba (Anexo I), que reuniu o GESTA, o NACAB, o Movimento dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais (MAB), a ONG Campo Vale (atuante no Jequitinhonha), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e lideranças de atingidos na cidade de Guaraciaba, Zona da Mata, em 2002. Merece também destaque as seguintes ações: o debate sobre o modelo energético brasileiro no Fórum Social Mundial, em 2003; a participação na comitiva brasileira que viajou até a Alemanha a convite da Fundação Heinrich Böll para debates sobre fontes energéticas alternativas no mesmo ano; o debate com o MAB, que reuniu mais de uma centena de atingidos na UFMG, em 2002; a organização da missão, em Minas, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (DhESCA-Brasil), em 2004, assim como a reunião do GT Energia do Fórum Brasileiro de ONGs, organizada pelo GESTA, na UFMG, em 2006. É interessante lembrar ainda a campanha internacional de apoio aos atingidos pela UHE Irapé, em 2004, assim como as ocupações dos prédios da CEMIG e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) em momentos cruciais de denúncia sobre violações de direitos humanos contra os atingidos pelas hidrelétricas. Um momento de emoção e ternura foi assistir o filme *Narradores de Javé* em companhia dos atingidos por barragens da Zona da Mata mineira, seguido de homenagem ao incansável Padre Claret, assessor do MAB na região.



Ocupação do prédio da CEMIG em 2004.

Não poderia deixar sem registro o fato de que toda essa movimentação foi, muitas vezes, acompanhada de perto por atores externos à universidade, sobretudo os agentes das empresas do setor elétrico que, em alguns momentos, chegaram a questionar à diretoria da FAFICH e à reitoria da UFMG sobre a atuação do GESTA junto aos atingidos pelas barragens.<sup>3</sup> No mesmo diapasão, devo dizer que a autonomia acadêmica foi respeitada pela administração da universidade que, não apenas não interferia nas ações do GESTA, como renovava o apoio à extensão por meio da avaliação do mérito dos projetos no contexto dos editais de bolsa de extensão. Certamente, o apoio social ao núcleo de pesquisa, o zelo pelo rigor acadêmico, a seriedade nas reflexões e pronunciamentos públicos, a produção de conhecimento registrada em monografias de conclusão de curso, dissertações e teses, assim como em artigos e livros publicados, são fatores que contribuíram para a manutenção das atividades extensionistas, ao tempo em que a universidade também apoiava iniciativas de colaboração e parcerias entre docentes e empresas privadas.

Neste momento de resgate das atividades do GESTA, parece-me oportuno realizar uma pequena digressão analítica sobre a natureza do trabalho desenvolvido pelo grupo, principalmente no que diz respeito à especificidade do entrelaçamento da pesquisa com a extensão. Para tal, recorro a um pequeno texto elaborado para o aniversário de 15 anos do GESTA, evento celebrado em março de 2016. O texto retoma parte das ideias rascunhadas para a mesa de abertura do IV Encontro da Rede Waterlat, em 2014, na Colômbia, que tinha o sugestivo título de “*Violencias y*

<sup>3</sup> Esse tipo de assédio processual a pesquisadores não é exclusividade daqueles que atuam no GESTA-UFMG e foi objeto de reflexões por Acselrad (2014) e Giffoni (2014).

*Utopias que nos convocam*”, título esse que tomo de empréstimo para a próxima seção.

### 3.1.3 - “Violências e Utopias que nos convocam”: GESTA 15 anos

Ao longo dos quinze anos de existência, pesquisadores e alunos do GESTA têm se dedicado à uma reflexão crítica acerca da categoria desenvolvimento e o campo político que faz gravitar uma constelação semântica e discursiva em seu entorno. Neste sentido, na esteira do processo de colonização, desenvolvimento surge como uma das categorias centrais da matriz da colonialidade do saber e do poder (MIGNOLO 2003, 2008, QUIJANO 2005), implicando em transformações sociais que têm pelo menos duas características centrais: *são muito rápidas e violentas*. Violentas não só porque são essencialmente expropriadoras, mas porque o processo se faz a partir da negação do Outro, pela transformação da diferença em carência. O antropólogo atua em um contexto crítico e estrutural, que envolve conflito social e crise, e no qual concorrem discursos e práticas diversas, cada qual produzindo efeitos na realidade que são, a um só tempo, modulares e modulantes da sua atuação. Esse foi o contexto do trabalho do GESTA ao longo dos anos. Uma atuação que implicou *a tomada de posição* em pareceres e relatórios técnicos no contexto do licenciamento ambiental e de ações judiciais como “assessoria” aos atingidos por barragens e pela mineração. Resgato, de forma breve e não necessariamente cronológica, três situações etnográficas como fios condutores da reflexão, detendo-me um pouco mais na terceira situação, por considerá-la uma espécie de mito fundador do grupo, pós fase de atuação exploratória no caso Aiuruoca.

Episódio 1 – Em 2001, eu fui confrontada com uma situação que expunha para mim, de forma particular, um contexto crítico (DAS, 1995) que se repetiria em inúmeras outras situações ao longo dos anos, revelando um componente estrutural das relações de poder que perfazem o campo do licenciamento ambiental das grandes obras e do debate ambiental em geral. Eu estava participando da audiência do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), que deliberaria sobre a concessão de uma das licenças ambientais para a hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, quando ouvi um dos conselheiros reagir à fala de um atingido pela

barragem da seguinte maneira: “*Não me venham com choramingas, a discussão aqui deve ser técnica*”.

Episódio 2 – Três anos mais tarde, em 2004, a audiência pública acontecia na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e tinha como objetivo debater sobre os impactos da monocultura de eucalipto no estado. Na ocasião, mais de 100 agricultores do Norte de Minas ocupavam a plenária para ouvir os expositores de uma mesa composta por especialistas, entre eles: engenheiros florestais, agrônomos e geógrafos, um deles pesquisador do GESTA, Klemens Laschefski. Discutia-se sobre a contribuição do eucalipto para o aumento da seca no semi-árido. Durante a sessão de debate, um agricultor tomou a palavra para denunciar o secamento de um poço que, antes do eucalipto, fornecia água para a sua família. A partir de sua experiência pessoal e de vida, o agricultor fazia uma associação precisa entre a chegada do eucalipto nas terras cedidas pelo Estado, nos idos de 1970, e a secagem das nascentes e veredas. Este depoimento suscitou a seguinte reação por parte do engenheiro florestal que tinha assento à mesa: “*este episódio, caso seja verdadeiro, esta relacionado ao fenômeno global do El Niño e não ao eucalipto*”.

Essas duas situações fazem sublinhar, em primeiro lugar, a negação da experiência vivida e o ato silenciador do Outro como prática *constitutiva e inerente à modernidade via projeto colonizador*. Em seguida, ressaltam o lugar da técnica e da ciência neste projeto, ou seja, o nosso papel, como pesquisadores e cientistas, nesse contexto. O ato violento de *silenciar o outro* - ação expressa na desqualificação do “discurso local”, pautado na *experiência do vivido, assim como na dor e no sofrimento* - por meio de um discurso abstrato e global, pretensamente objetivo, científico e técnico, portanto, válido universalmente - revelou-se como prática em reiteradas situações, e me apresentou alguns dos componentes impressos nas assimetrias das relações sociais que circunscrevem o campo do desenvolvimento e do debate ambiental contemporâneo. Trata-se de um universo político composto por uma intrincada rede de atores sociais, incluindo nela a figura do pesquisador e do *sujeito atingido* que é, no processo, um sujeito submetido a uma política do silenciamento e da aceitação.

No discurso das empresas e do Estado, o atingido não fala a partir do lugar que ele reivindica, ou seja, o lugar da diferença, do direito ou do dissenso. Ao contrário,

ele é falado pelos consultores, funcionários e muitas vezes pelos próprios pesquisadores. Conforme observamos, Raquel Oliveira e eu (2013), a fala do atingido é adstrita ao lugar em que se espera que ele fale, o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso (reparação de danos). Os constrangimentos estruturais reservam-lhe este lugar. *Não me venham com choramingas, o debate aqui é técnico*, disse o conselheiro do COPAM. O efeito desse discurso está na desautorização daqueles que se veem passivamente representados, uma tutela que autoriza dessa forma a representação. O perigo do ventriloquismo (HARAWAY, 1995) que envolve diferentes atores, atinge também o antropólogo que se coloca como assessor ou colaborador do atingido, comprometido na tarefa de tradução do universo social nativo para o contexto da avaliação de *impactos*, categoria do marco regulatório ambiental que desloca o enfoque das considerações sobre *danos, perdas e sofrimentos* na constituição dos sujeitos governáveis. Trata-se, portanto, de um fazer antropológico em contexto de conflito (inclusive com outros discursos técnicos) e crise estrutural. E esta dimensão constitui inextrincavelmente as evidências, ou seja, os dados que produzimos.

Intelectuais de diferentes tendências acadêmicas e matizes ideológicos, como Wright Mills (1975) e Bourdieu, Chamboredon & Passeron (1983) ensinam que os dados são construídos. O objeto é construído no próprio processo que constitui as condições de produção da pesquisa. Bourdieu et al. (1983) lembram que o objeto é conquistado. E, eu acrescentaria que nós somos também capturados, pois situações de pesquisa conduzem o olhar, o ouvir e o escrever (OLIVEIRA, 1996), direcionando para uma certa posição o antropólogo que, a partir das circunstâncias, constrói o seu objeto. As condições estruturais são, pois, também estruturantes da pesquisa. As experiências de campo, igualmente sensoriais, corpóreas, afetivas e emocionais, configuram posicionamentos que são, em última instância, políticos.

E é neste contexto que trago a terceira situação etnográfica, talvez aquela definidora da convocação constitutiva, minha e do GESTA-UFMG. Recuo para o ano de 2002 e recordo a primeira visita ao Jequitinhonha que fizemos como GESTA propriamente dito.



A turma do GESTA com Milton e Ednei, moradores de Barra de Salinas e Prachedes, respectivamente, na primeira viagem ao Jequitinhonha em 2002.

Eramos “10 pessoas e um motorista”, conforme observou um morador local; uma frase que suscitou inumeráveis comentários jocosos ao longo da viagem, assim como também a minha identificação, por outra moradora, como “a maior filha de Deus do mundo”, uma referência explícita à minha estatura física. No povoado de Barra de Salinas fomos chamados à casa do Seu Prudêncio, um senhor de 81 anos, que estava se recuperando de um derrame recente, segundo familiares, por causa da preocupação com a barragem de Murta, projeto que os ameaçava.



Na casa do Seu Prudêncio.

De pé, na sua sala, Seu Prudêncio nos inspecionava e falava com dificuldades. De repente, em meio à tensão do momento, ele se dirige a mim e, em explícita súplica, convoca a ajudar sua comunidade frente à ameaça do projeto de barragem hidrelétrica. Tempos mais tarde, após alguma familiaridade com o Jequitinhonha, eu pude refletir sobre quão difícil deve ter sido aquele momento para o ancião, patriarca de uma família numerosa, diante de uma jovem e estranha mulher. De volta à sala do Seu Prudêncio, eu observava os alunos – Raquel, Marcão, Ângela, Ádria, Jane, Wendel, Felipe, Luciana e Fabiane - alguns apenas um pouco mais jovens do que eu, olhos arregalados e emocionados. Por um instante me interroguei seriamente sobre o sentido da visita e das expectativas por ela geradas. Então, retornando ao meu interlocutor, eu finalmente pronunciei as seguintes palavras: *Seu Prudêncio, o senhor entende que eu sou uma professora e que esses são os meus alunos? O senhor compreende que eu não sou do governo ou da empresa? Que eu não tenho o poder de decisão sobre essa barragem? Eu sou apenas uma professora. Ao que Seu Prudêncio retrucou: Eu sei. Mas a senhora tem um conhecimento que eu não tenho. A senhora pode nos ajudar.* Confronto e convocação, fato é que ele tinha razão. Nós tínhamos um conhecimento que ele não tinha, mas ele, por sua vez juntamente com os demais moradores atingidos, tinham o conhecimento que nós não tínhamos sobre aquele lugar, o que seria essencial para o embate que se travaria sobre aquele projeto.

O compromisso foi selado a partir desse encontro. Fomos sendo convocados, implicados e capturados. Acima de tudo, fomos conquistados pela utopia do querer viver no lugar, pela perseverança dos moradores na defesa da autonomia, quer dizer, a defesa do poder de definição sobre os sentidos da permanência e/ou da mudança, enfim, sobre os destinos da própria vida. Fomos tomados de empatia pelo movimento de resistência às formas impositivas e violentas da mudança, pela rejeição a esse lugar de objeto a ser deslocado compulsoriamente, pela indignação diante da violência do Estado consorciado às empresas barrageiras. Foi assim que, na construção da valorização do conhecimento local, adicionamos o nosso conhecimento e, no aprendizado e na colaboração mútua que se instituiu, passamos juntos pela audiência pública e os seus desdobramentos.



Moradores contestam os números do EIA-RIMA sobre produtividade da terra durante audiência pública de Murta em outubro de 2002.



O GESTA-UFGM na audiência pública de Murta em outubro de 2002.

Esta situação etnográfica exemplifica, então, um tipo de “compromisso” a que os antropólogos estão sujeitos ao fazerem efetivamente pesquisa de campo, para além da pesquisa literária, bibliográfica ou teórica. É claro que nessas outras modalidades, outras formas de compromisso também se configuram. Mas eu quero destacar esta espécie de *compromisso/comprometimento* (LI, 1999) gestado na relação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa, sobretudo a pesquisa acadêmica. Seu Prudêncio já partiu desta vida e seu filho, que era uma espécie de liderança da resistência, também se foi tempos depois. A barragem ainda não saiu do papel, para a alegria da maioria dos moradores. Outros atores permanecem,

novos emergem e o GESTA continua como um parceiro que pode ser acionado ao ritmo dos processos, quando movimentações para o licenciamento da obra venham eventualmente demandar, por meio dos atingidos, alguma colaboração.

Com efeito, ao longo desses quinze anos de pesquisa e de extensão, observamos que os projetos de desenvolvimento provocam uma condição de produção do trabalho antropológico que exige uma postura crítica por parte do antropólogo. Como característico da colonialidade, o desenvolvimento se faz pela *subjugação do Outro*. Anibal Quijano (2005) e Walter Mignolo (2003) lembram que embora a colonização como processo (e período) histórico tenha finalizado nos séculos XIX (América Latina) e XX (Índia, África), a colonialidade do saber e do poder que ela ensejou permanecem atuantes e constitutivos da modernidade, operantes nos projetos de desenvolvimento da atualidade. De fato, o desenvolvimento, como uma forma de governo do Estado Moderno (LI, 1999), empreende um esforço de produção de sujeitos governáveis. A população se apresenta como o objeto, o meio e o fim para o desenvolvimento, mas para administrá-la é preciso torná-la legível. E a legibilidade da população se dá por meio de uma padronização do tecido social, ou seja, pelo silenciamento do Outro, pela subjugação da alteridade, das suas formas de expressão, suas reivindicações, sua interação com o meio. É neste contexto que as *choramingas*, narrativas de dor e de sofrimento, são desqualificadas e reformatadas pelas categorias administrativas do impacto e do atingido, sujeito quantificável, portanto, disciplinável: “*a terra apresenta 0,0% de produtividade; as propriedades são passíveis de migração compulsória...*” discurso “técnico” do EIA-RIMA que, não obstante a violência epistêmica, é contestado de forma ativa e veemente pelos moradores do lugar: “*Nossas terras são produtivas, nossas baixas, nossos rios, onde fazemos nossas hortas: plantamos de tudo, tudo isso que está aqui [produtos agrícolas expostos pelos moradores na Audiência Pública da UHE Murta] a nossa terra produz e nunca necessitamos de barragem. Não queremos ser invadidos por essa barragem....*” “*...o melhor lugar do mundo para nós é aqui. Plantamos roça, milho, feijão, engordamos porco....*” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005:59).



Formas de dizer não: produtos agrícolas expostos e cartão vermelho na audiência pública de Murta em outubro de 2002.

Essa e outras experiências nos mostraram que as novas formas de engajamento etnográfico que associam pesquisa, assessoria e produção compartilhada de conhecimento deslocam os termos do tradicional método da observação participante. Conforme discutido em Zhouri e Oliveira (2013), a participação a que nos referimos pressupõe, além de uma “descrição circunstanciada de eventos e pessoas” (OLIVEIRA, 2009, p. 5), um olhar *situado* em que o discurso do antropólogo é sempre realizado a partir de *condições de produção* específicas associadas aos *efeitos das relações de lugar*. Esta abordagem nos remete tanto ao contexto mais imediato da enunciação, qual seja, a situação etnográfica, quanto ao espaço social que estrutura as relações interdiscursivas, isto é, o campo, no sentido do Bourdieu (1998).

Trata-se, pois, de atentar para os efeitos que derivam do fato de que laudos, estudos e relatórios, enquanto modalidades de discurso antropológico, são textos produzidos e apropriados num movimento de correlações de forças. Se colocamos no nosso horizonte reflexivo esse conjunto de relações, esboçamos tentativas de nos tornar responsivos sobre aquilo que aprendemos a ver a partir do lugar em que nos situamos, social e cognitivamente, nas experiências e nas interações que desenvolvemos com nossos sujeitos de pesquisa (ZHOURI E OLIVEIRA, 2013). E, é neste sentido que eu compreendo o trabalho que o GESTA desenvolveu nesses últimos 15 anos.

A utopia repousa, entre outras coisas, na possibilidade de, por meio da desobediência epistêmica, fraturarmos a colonialidade do saber (que se exerce como poder), fazendo emergir outras categorias de pensamento que permitam

perceber as outras experiências do ser no mundo como válidas e possíveis, socialmente densas e legítimas, ou seja, outros caminhos possíveis para a construção de um mundo mais generoso e variadas formas do bem-viver (ACOSTA, 2016).



Momento de descontração com Seu Prudêncio, a esposa Florinda, a irmã Amorosa e as meninas do GESTA: Ádria, Ângela e Raquel, em 2002, após a audiência pública.

#### 3.1.4 - Do licenciamento de hidrelétricas ao debate sobre conflitos ambientais

A atuação junto aos atingidos pelo projeto da barragem de Murta constitui uma espécie de mito fundador do GESTA como núcleo de pesquisa e extensão da UFMG especializado em conflitos ambientais, sobretudo no âmbito do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Na interface pesquisa-extensão, o GESTA procurou refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território, ao mesmo tempo em que manteve no seu horizonte a possibilidade de ações transformadoras no tocante à construção colaborativa de formas político-participativas junto aos grupos afetados por lógicas excludentes de apropriação da natureza. Assim sendo, na perspectiva de uma universidade pública cidadã, objetivou-se, em princípio, a redução das assimetrias existentes entre as populações rurais atingidas por barragens e o Setor Elétrico no âmbito do licenciamento ambiental, ao mesmo tempo em que se forjavam espaços de dissenso e de tensionamento dos discursos dominantes para vazão de diferenças, lutas e resistências.

O projeto “*O Licenciamento Ambiental na Perspectiva das Ciências Sociais: os casos das hidrelétricas de Irapé, Aiuruoca, Capim Branco e Murta*” foi desenvolvido até 2006. Por intermédio da análise comparativa dos processos de licenciamento de quatro usinas construídas e/ou projetadas para diferentes regiões do estado de Minas Gerais, foi possível constatar a existência de mecanismos que inviabilizam a efetiva participação das populações atingidas no processo decisório. Um dos resultados desse trabalho foi a publicação do livro *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais* (Ed. Autêntica, 2005), organizado por mim e pelos professores Klemens Laschefski e Doralice Barros Pereira (IGC/UFGM). Outra contribuição remete ao desenvolvimento de dispositivos complementares aos EIA-RIMAs, com vistas à maior participação dos atingidos nas decisões sobre as obras que incidem sobre seus lugares de morada. Experiência rica neste sentido foi o projeto Avaliação de Equidade Ambiental (AEA), que resume princípios de justiça ambiental e procedimentos democráticos de avaliação de impactos. O AEA foi uma profícua experiência de intercâmbio envolvendo movimentos sociais e pesquisadores de diferentes universidades do país, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).<sup>4</sup>

A capacitação político-participativa promovida pelo projeto de extensão do GESTA em interface com as conclusões geradas pela pesquisa resultou na formalização de uma nova atividade de extensão intitulada “*Gestão dos Recursos Naturais e Geração de Renda no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais*” (CNPq Processo 506959/2004-0). Esse projeto se baseou numa proposta de desenvolvimento local formulada por representantes das vinte e duas (22) comunidades rurais atingidas pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Murta, no Jequitinhonha. A implantação de um modelo demonstrativo e experimental procurou gerar conhecimentos e iniciativas que possibilitassem a convivência com a seca. Assim, as atividades conduzidas visaram contribuir para a segurança alimentar, buscando melhorias na produção rural por meio de princípios agroecológicos, recuperação de nascentes, reconstituição das matas de cabeceiras e córregos,

---

<sup>4</sup> Consultar <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/ETERN-IPPURUFRJ-and-FASE-Relat%C3%B3rio-S%C3%ADntese.pdf>, acesso em 26 de julho de 2016.

construção de cisternas para captação de água das chuvas e instalação de equipamentos para a irrigação de baixo custo.



Moradora e pesquisador do GESTA, Klemens Laschefski, inspecionam a construção da cisterna em 2004.



Zezé, Graça e Maria, cisterna de captação de água da chuva com borda, Mutuca de Cima, 2005.

As reflexões engendradas por essas atividades possibilitaram uma melhor compreensão dos conflitos e assimetrias produzidas pelos projetos hegemônicos de “desenvolvimento”, ao mesmo tempo em que revelaram a existência de visões distintas acerca da exploração do território. Tais experiências foram de extrema importância para o avanço dos debates sobre conflitos ambientais no Brasil e para a realização das pesquisas que se sucederam, a saber: o *Mapa dos Conflitos*

*Ambientais do Estado de Minas Gerais, o Observatório dos Conflitos Ambientais* e um conjunto de pesquisas sobre mineração, temas que serão refletidos adiante, quando do resgate das ações realizadas na segunda fase de trabalho como docente na UFMG. Por ora, cabe trazer à tona os primeiros debates sobre o campo dos conflitos ambientais elaborados no âmbito do GESTA-UFMG.

### *Reflexões iniciais sobre conflitos ambientais*

Conforme elaborado em Zhouri e Laschefski (2010), a institucionalização do debate ambiental consolidou-se nos anos 80 do século XX, tendo como base as ideias em torno do desenvolvimento sustentável. Uma das diretrizes principais foi a gestão participativa com vistas à conciliação dos interesses econômicos, ambientais e sociais de forma a “adequar” o modelo clássico de desenvolvimento. A prevenção de impactos ambientais por meios técnicos e a adoção de medidas de mitigação e de compensação para os danos ambientais tornaram-se a tônica. De fato, a operacionalização das estratégias centradas no desenvolvimento sustentável implicou a implementação de sistemas regulatórios e institucionais em níveis internacional, nacional e local. Os mecanismos de licenciamento, o reforço da legislação específica e a ênfase na educação ambiental foram aspectos fomentados por instituições financeiras internacionais. As empresas investiram em novas tecnologias com vistas à eficiência ambiental, enquanto as iniciativas voltadas para a responsabilidade socioambiental do empresariado incluíam a abertura do diálogo e a construção de parcerias com os movimentos ambientalistas e sociais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Não obstante, a adequação ambiental do desenvolvimento centrado no crescimento econômico - o que no caso brasileiro remete, sobretudo, à exportação de *commodities* - não se fez acompanhar da redução dos mecanismos de expropriação inerentes aos conflitos ambientais, cada vez mais em evidência na contemporaneidade. Esse debate impulsionou a organização, pelo menos desde 2002, de sucessivos Grupos de Trabalho, Mesas-Redondas, Seminários e demais eventos científicos no Brasil e no exterior. São participações regulares na ANPOCS e na RBA, assim como na SBS, LASA, BRASA, IUAES, Rede Waterlat entre outras, conforme se discutirá, em detalhe, no item 4 deste memorial.

Destaco por ora o *I Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, organizado juntamente com Henri Acelrad (UFRJ) e Klemens Laschefski (IGC-UFMG, então PUC-Minas). Ocorrido em abril de 2008, o seminário reuniu vinte e nove (29) pesquisadores das mais variadas instituições brasileiras e também internacional para a discussão sobre os conflitos ambientais. O evento recebeu mais de mil inscrições e aconteceu durante três dias no auditório da reitoria da UFMG. Ele contribuiu para promover a consolidação dessa abordagem no país, além do próprio GESTA, como um dos promotores desta vertente de pesquisa em nível nacional. Como resultado, em 2010 foi lançada, pela editora da UFMG, a coletânea *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, organizada por mim e por Klemens Laschefski, contendo grande parte das contribuições apresentadas naquele seminário.

Em diálogo com os demais autores, trabalhamos os conflitos ambientais numa perspectiva crítica às abordagens hegemônicas que adotam o “desenvolvimento sustentável” como referência e apostam no paradigma da modernização ecológica como solução para a chamada crise ambiental. Ou seja, as abordagens que depositam fé na tecnologia, nas estratégias de mercado e no consenso político como soluções para os “problemas ambientais”. Ao apresentar o caráter conflitivo do campo ambiental, evidenciamos uma crítica às concepções dominantes que entendem o meio ambiente como um ente uno, homogêneo, objetivo e externo às relações sociais. Em contraste, pela abordagem dos conflitos, provocamos a discussão sobre o meio ambiente concebido em processos que envolvem construções materiais e simbólicas e, enquanto tal, como cerne de disputas entre sujeitos que sustentam projetos distintos de sociedade. Tal como definido por Acelrad (2004a), os conflitos ambientais decorrem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material em que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Assim, quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera.

Em Zhouri e Laschefski (2010), refletimos sobre como os conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado

desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Neste sentido, os conflitos evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria das sociedades desiguais nas quais operam mecanismos sócio-políticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

No entanto, esses sujeitos não se constituem como vítimas passivas do processo, mas se organizam em variados tipos de movimentos, associações e redes. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que explicitam a perpetuação de um cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território. As disputas decorrentes deste contexto se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de construir e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço.

As análises dos conflitos ambientais legam-nos, portanto, a possibilidade de reconhecer os múltiplos projetos de sociedade que acionam distintas matrizes de produção material e simbólica e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas, contribuindo para construção de alternativas atentas aos princípios da justiça ambiental. Desta forma, a pesquisa realizada para a elaboração do “*Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais*” (ver item 3.2.2) revelou que, seja pela ação do Estado, seja pelas consequências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital, diversas práticas de reprodução material e simbólica de diferentes grupos sociais encontram-se ameaçadas. Sem dúvidas, as diferentes situações expõem uma ambivalência na presença do Estado: de um lado, ele pode se apresentar como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, pode surgir como mediador que, por vezes, posta-se ao lado das populações atingidas. Essa ambivalência pode ser interpretada como expressão da incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das chamadas “políticas ambientais”, aspecto que evidencia a presença de brechas de contestação no interior da dominação exercida pelo paradigma do desenvolvimento. São conflitos desencadeados pela denúncia da ocorrência de efeitos cruzados entre distintas

práticas sociais espacializadas tidas como responsáveis pelo comprometimento da sua reprodutibilidade no tempo (ACSELRAD, 2004a).

Ressalta-se, ainda, a existência de distintas modalidades de conflitos que tiveram vigência individualizada ao longo da história de apropriação social do espaço, mas que tenderam a ser unificados sob um mesmo universo semântico a partir da configuração da problemática ambiental, como pertinentes aos modos de articulação espaço-temporal das práticas sociais. Lopes, Antonaz e Silva (2004) identificaram esse processo como sendo o de “ambientalização dos conflitos sociais”. Zhouri e Laschefski (2010) empreenderam um esforço analítico para classificação das distintas expressões dos conflitos ambientais, identificando as seguintes modalidades: (a) *conflitos distributivos*, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) *conflitos espaciais*, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e *conflitos territoriais*, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais diferenciados.

Em torno dos *conflitos ambientais distributivos*, foi identificado um considerável número de pesquisadores envolvidos na contabilidade das injustiças distributivas por meio de modelos abstratos de quantificação, tais como “espaço ambiental” (OPSCHOOR, 1994) e “pegada ecológica” (WACKERNAGEL/REED, 1996), com ênfase na problematização da “dívida ecológica” do hemisfério norte e das elites do hemisfério sul em relação aos pobres. Para além do nível analítico e discursivo, foram feitas referências a inúmeras situações concretas em que distintos grupos sociais, para garantir a sua reprodução material, lutam pelo acesso aos “recursos naturais”.

Já os *Conflitos ambientais territoriais*, em princípio, marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (p.ex. área para a implementação de uma hidrelétrica *versus* territorialidades da população afetada). Nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naquelas localidades. Considerando a expansão dos agrocombustíveis para a substituição dos derivados do petróleo, por exemplo, matéria-prima das mais relevantes para a industrialização, observa-se os conflitos

entre grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial-capitalista e os grupos chamados tradicionais, que não são, ou apenas parcialmente estão, inseridos neste modelo de sociedade. Para os últimos, a comunidade e o território representam uma unidade que garante a produção e a reprodução dos seus modos de vida – entendidos em suas facetas econômicas, sociais e culturais –, algo que resulta numa forte identidade com o lugar onde se vive. A sociedade urbano-industrial-capitalista, por outro lado, é caracterizada por uma forte divisão do trabalho e pela individualização dos sujeitos sociais que se relacionam, em grande medida, através da mediação do mercado. O progresso tecnológico e a criação de redes para trocas de produtos, com inúmeros intermediários, resultam em um distanciamento físico e consequente alienação dos indivíduos em relação à base territorial necessária para a reprodução de seus modos de vida. Embora os sujeitos “modernos” possam desenvolver identidades territoriais ou mesmo multiterritoriais nos domínios político-econômico ou sócio-cultural, o território físico por eles apropriado tornou-se, em geral, uma abstração fora da experiência vivida no cotidiano. Neste sentido, em Minas Gerais, são muitos os casos de comunidades tradicionais e quilombolas que têm seu território e sua forma de reprodução material e simbólica ameaçadas. O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois, muitas vezes, a nova localização, construída em condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida existentes nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, com a perda da base material e simbólica dos seus modos de socialização, as comunidades sofrem verdadeira desestruturação.

Por fim, o caráter *espacial dos conflitos ambientais* evidencia as tensões e disputas causadas por consequências ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc. Desta forma, são conflitos decorrentes de situações em que as práticas sociais de um grupo provocam efeitos ambientais negativos que afetam outros grupos através dos fluxos espaciais, como por exemplo, pelo lançamento de poluentes no ar ou na água e a contaminação de solos. A abrangência de tais efeitos, em muitos casos, é difusa, com intensidades regionais variadas, que não podem ser circunscritas em determinados territórios, seja em um sentido estritamente físico-geográfico, seja no sentido antropológico das territorialidades.

Uma situação emblemática de conflito ambiental espacial foi o caso do bairro Camargos, em Belo Horizonte, onde os moradores se organizaram para reivindicar a retirada de uma empresa incineradora de lixo hospitalar e industrial instalada em um local residencial, pois sabiam dos problemas de saúde aos quais estavam expostos. Após seis anos de lutas, a incineradora finalmente foi retirada do bairro.<sup>5</sup> Se, de um lado, este caso permite a compreensão das dimensões do conflito ambiental espacial, por outro lado, ele também possibilita ressaltar a dimensão distributiva do mesmo, haja visto que a localização da incineradora ocorreu em um bairro industrial de Belo Horizonte, aspecto que permite avaliar o processo de imputação dos riscos ambientais a uma classe social específica, a de trabalhadores, e não a uma população qualquer da cidade. Desta forma, Zhouri e Laschefski (2010) alertam para a existência de uma dinâmica dialética entre os conflitos ambientais territoriais, espaciais e distributivos, os quais, na prática, podem ocorrer de forma simultânea e não exclusiva. Os autores evidenciam, pois, os limites das classificações no mundo real. Não obstante, uma tipologia dos conflitos ambientais permite, para fins heurísticos, visualizar dimensões e profundidades dos enfrentamentos entre os grupos envolvidos e as possibilidades reais de uma possível solução. Tais aspectos foram analisados na pesquisa *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, que será apresentada quando me referir à segunda fase de atuação na docência da UFMG (item 3.2.2).

Para finalizar, enfim, a exposição dos trabalhos realizados nesta primeira fase de docência na UFMG, devo tratar a seguir da criação do curso de graduação em Ciências Socioambientais, atividade realizada em processo de transição para a segunda fase de atuação como docente na universidade.

### 3.1.5 - A criação do curso de Ciências Socioambientais pelo REUNI

O curso de graduação em Ciências Socioambientais surgiu como proposta em 2008, impulsionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Ele está sediado na Faculdade de

---

<sup>5</sup> O caso Camargos foi um dos casos emblemáticos de atuação extensionista do GESTA-UFMG na cidade de Belo Horizonte. Ele foi estudado por Max Vasconcelos na sua monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais, assim como tema do doutoramento de Raquel Oliveira, que escreveu a belíssima tese intitulada "A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar": a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte-MG", defendida no Departamento de Sociologia da UFMG em 2014 e disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/08/tese-raquel.pdf>, acesso em 10 de agosto de 2016.

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e é ofertado desde o primeiro semestre de 2010.

A ideia de um curso voltado para a área ambiental, mas que não dissociasse as questões naturais de uma reflexão social, econômica e cultural, foi acalentada por professores de distintos departamentos da UFMG alguns anos antes do REUNI. Professores do Departamento de Biologia Geral (ICB), dos departamentos de Economia e Demografia (FACE), Sociologia (FAFICH), Geografia (IGC) e Engenharia Sanitária e Ambiental (Escola de Engenharia) reuniram-se em meados de 2006 e montaram um pré-projeto de mestrado em Ciências Socioambientais. Entretanto, por dificuldades estruturais, o projeto – mesmo com uma excelente recepção à época pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação – não foi implantado. Naquele momento, muitos de nós já atuávamos em outros programas de pós-graduação, de modo que não foi possível reunir um “núcleo duro” para dedicação exclusiva ao pretendido mestrado. Na ocasião das discussões sobre o REUNI, o debate entre esses professores e outros docentes da UFMG reacendeu, e deu origem a este curso. Eu fui coordenadora da comissão de criação curso e do seu primeiro colegiado até meados de 2010.

Com propósitos interdisciplinares e meta transdisciplinar que incorporasse saberes não disciplinados e não acadêmicos, pretendeu-se a formação de pessoal com competência para atuar na coordenação, sistematização, avaliação e monitoramento de trabalhos interdisciplinares na área socioambiental. Esse termo se refere às interfaces entre sociedades e ambientes, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, espaciais, históricas e ecológicas. Adotou-se a grafia socioambiental, sem o hífen, como forma de expressar justamente a indissociabilidade entre o social e o ambiental.

As experiências de pesquisa e extensão do GESTA, assim como a dos demais pesquisadores que participaram da proposta, permitiu avaliar a existência de uma demanda da sociedade por profissionais com habilidades socioambientais. Sobretudo, as dificuldades do trabalho em órgãos governamentais e não-governamentais, empresas de consultoria, centros universitários, entre outros, revelaram uma exigência de formação interdisciplinar para profissionais, mais condizente com a realidade do campo ambiental em sua complexidade.

A importância da questão ambiental, no âmbito dos debates empreendidos sobre os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, era consenso entre a

equipe formuladora do curso. Avaliamos a existência de uma predominante divisão dos conhecimentos entre, de um lado, as áreas das ciências naturais (biologia, geomorfologia, ecologia, engenharia ambiental etc) e, de outro lado, as ciências humanas (sociologia, antropologia, demografia, economia, urbanismo, história). Para os criadores do curso, tal situação implicava em visões fragmentadas de um tema complexo, o que incorria, muitas vezes, num estreitamento de análises, com perspectivas e soluções que acabavam por se mostrar simplistas e ineficazes, com significativos danos para a sociedade.

Exemplos de falhas e equívocos provocados pela dissociação dos saberes e epistemologias foram encontrados na literatura, sobretudo naquela referente aos EIA-RIMAs – respectivamente, Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental. Estes estudos estão previstos na legislação ambiental para empreendimentos degradadores ou potencialmente degradadores do meio ambiente que, obrigatoriamente, necessitam de uma licença ambiental. Em geral, prevalece em tais estudos e relatórios uma padronização estrutural que remete a três dimensões, a saber: *o meio físico, o meio biótico e o meio antrópico*. Além de uma compartimentalização da realidade de acordo com o conhecimento científico construído a partir do século XIX, observa-se uma nítida perspectiva “realista” ou naturalizante, com clara hierarquia do meio físico em relação ao biótico e destes dois em relação ao chamado “meio antrópico”. A própria denominação “antrópico” provoca efeito naturalizante, na medida em que abstrai concepções relativas às dimensões social, histórica, cultural e política como constitutivas da construção do meio ambiente. Um dos resultados mais evidentes é justamente a ausência de um diagnóstico sócio-cultural quando da avaliação dos “impactos” causados por um empreendimento em uma determinada localidade. Contabiliza-se, quando muito, número de propriedades atingidas, e não as redes de relações sociais e culturais afetadas, rompidas ou desestruturadas pelos mesmos processos. Uma pluralidade de ambientes e sociedades torna-se invisível por esta abordagem, como por exemplo, as realidades de comunidades rurais, quilombolas e ribeirinhas, assim como grupos indígenas. O mesmo efeito é provocado por projetos de conservação ambiental que incidem sobre áreas habitadas, ou seja, territórios e lugares sociais. Muitas vezes, conflitos são gerados pelo esvaziamento compulsório dessas localidades destinadas a se tornarem refúgios ecológicos.

O projeto do curso salientou, portanto, a necessidade de se estabelecer um espaço de reflexão crítica às posturas hegemônicas e homogenizadoras que subsumem os complexos processos sociais e os diversos sujeitos neles envolvidos reduzindo o ambiental a um objeto material, uno e quantificável, passível, portanto, de inscrição numa causa universal sob forte determinação economicista. Com efeito, como já salientado, em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é atravessado por conflitos sociais entre sujeitos que sustentam projetos distintos de sociedade e, numa perspectiva política, possuem posições assimétricas no espaço social. A diversidade biológica pensada de forma indissociada da diversidade dos modos de vida nas diferentes sociedades humanas pareceu-nos requerer um conhecimento socioambiental que tivesse como horizonte uma meta transdisciplinar e além – incorporando também os saberes não disciplinares numa perspectiva complexa, expressa no seu compromisso com a pluralidade, o pensamento crítico e a equidade ambiental.

O curso nasceu, pois, da necessidade de congregar uma pluralidade de perspectivas a partir do estabelecimento de um campo comum de debate e de estudos. É preciso destacar o ineditismo da proposta no âmbito das universidades brasileiras e até mesmo internacionais. A partir de uma pesquisa nos cursos das várias instituições de ensino superior, constatou-se que o Curso de Ciências Socioambientais foi o primeiro a implantar a preparação de profissionais com esse perfil. Ou seja, profissionais com domínio de conhecimentos integrados, capazes de articularem as questões das várias áreas do conhecimento e refletirem sobre realidades práticas e problemas socioambientais urgentes.

O projeto do curso propôs, então, um importante diferencial com relação à maioria dos cursos de ciências ambientais do Brasil. Por todo o país uma gama de Cursos de Pós-Graduação e Especialização na área vem se conformando, com destaque para iniciativas como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da UNICAMP; o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) na USP; o Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente (LACTA) da Universidade Federal Fluminense – UFF; o Programa de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) na UFRJ; o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UNB, entre outros.

Além dos Cursos de Pós-Graduação, nota-se que os cursos de graduação preocupados com tal formação apresentam uma ênfase na *gestão ambiental*. São

cursos de perfil essencialmente técnico, muitas vezes penderes de uma visão interdisciplinar dos processos que efetivamente imbricam o social e o ambiental. Alguns exemplos são os cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental, presentes em Universidades como USP, UNICAMP, UNB, dentre outras, além de cursos de Ciências Ambientais, existentes no Centro Universitário do Pará (CESUPA) e na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

É importante frisar que a elaboração da proposta do curso socioambiental beneficiou-se também das experiências de outros docentes e pesquisadores externos à UFMG, que foram convidados à época para debater o projeto inicial com a equipe de criação do curso, a exemplo de Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ) e Carlos Walter Porto Gonçalves (Geografia/UFF).

De todo modo, a formação do aluno foi pensada para ser crítica à fragmentação dicotômica do conhecimento e para buscar uma concepção teórico-metodológica que privilegie análises sincrônicas da construção sócio-histórica dos processos de desenvolvimento. Tal formação implica em conhecimentos das ciências da natureza e das ciências sociais, em construtivo diálogo temático que problematize as indivisíveis relações natureza-cultura (ver grade curricular no anexo II). Dessa forma, o modelo de currículo proposto enfatiza a flexibilidade e a diversidade representadas tanto pela possibilidade de trajetórias diferenciadas através dos percursos acadêmicos, quanto pelos diversos formatos das atividades que compõem o currículo e que são consideradas relevantes para a formação do estudante, entre as quais: seminários, monitorias, projetos de pesquisa e/ou extensão, vivências extracurriculares, participação em congressos e eventos ou ainda na forma de disciplina.

Após seis anos de existência, o curso tem revelado possibilidades e contínuos desafios. Com uma entrada anual de cinquenta (50) alunos, o curso é noturno e apresenta-se como opção para alunos que trabalham durante o dia e almejam uma formação de qualidade em uma universidade pública. Com perfil variado, entre jovens e pessoas maduras, muitas delas em sua segunda formação universitária, o curso convida a deslocamentos epistêmicos e reflexão crítica. Muitos dos egressos, ao que se tem notícia, ingressaram em cursos de pós-graduação, assim como em agências de meio ambiente em nível municipal, estadual e federal. Alguns dos desafios dizem respeito à administração de um curso interdisciplinar que envolve onze departamentos diferentes da universidade. Tal estrutura departamental muitas

vezes dificulta os trânsitos necessários que a proposta do curso exige, o que tem implicado em negociações permanentes, por vezes desgastantes, com os diferentes departamentos a cada semestre. Entretanto, avalio que os ganhos tem sido maiores que as dificuldades, e que a novidade do curso de fato abre caminhos inusitados que fazem a própria universidade se repensar como estrutura organizacional.

### 3.2 - A segunda fase: Departamento de Antropologia e Arqueologia (2012 - atual)

#### 3.2.1 - A criação da linha de pesquisa Território, Poder e Ambiente

Identifico uma segunda fase de atuação como docente da UFMG que começa a ser gestada a partir das seguintes atividades: o início do projeto *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, em 2007, o lançamento do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, assim como a criação do curso de Ciências Socioambientais, ambos em 2010. Esta fase se concretiza com o desmembramento do Departamento de Sociologia e Antropologia, fato oficializado em 2013, o que permitiu a minha migração para o então criado Departamento de Antropologia e Arqueologia. Neste departamento eu pude finalmente exercitar uma espécie de antropologia “sem peias”, para parafrasear Appadurai (2004) acerca das dimensões culturais da modernidade na contemporaneidade globalizada.<sup>6</sup>

As matérias lecionadas na graduação dos três cursos - Antropologia, Ciências Sociais e Socioambientais - e na pós-graduação em Antropologia assumiram uma dimensão mais antropológica, com destaque para: Antropologia dos Conflitos, Antropologia Pós-Colonial, Antropologia do Estado, Pensamento Decolonial, Cultura & Ambiente e Ecologia Política, esta última, de caráter mais propriamente transdisciplinar, matéria obrigatória para o curso de Ciências Socioambientais. As matérias sobre Estado, conflitos, pensamento pós-colonial e decolonial são concorridas optativas e parecem ir de encontro a uma demanda dos estudantes por abordagens críticas, em certo sentido, menos eurocêtricas. Observo esse movimento como uma mudança mais geral na construção dos interesses dos alunos, desde pelo menos 2010, sobretudo no que diz respeito ao curso de Ciências Sociais, o mais antigo dos três cursos da graduação. De forma um tanto

---

<sup>6</sup> Na verdade, trata-se da tradução portuguesa de Telma Costa para o título original em inglês *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press, 1996.

especulativa, arrisco uma hipótese de que essa mudança pode estar relacionada a um processo mais amplo no âmbito das universidades públicas brasileiras, possivelmente relacionado à instituição das cotas estudantis e à criação de cursos noturnos pelo REUNI, o que tem favorecido o ingresso de alunos negros e pobres na universidade, processo que alimenta os debates sobre desigualdades sociais, raciais e de gênero na nossa sociedade.

Na pós-graduação, o ingresso no Programa de Antropologia (PPGAN) inspirou a criação da linha de pesquisa *Território, Poder e Ambiente* em colaboração com os novos colegas que ingressaram para a universidade em função das vagas geradas pelos cursos do REUNI, de forma particular, os cursos de Antropologia e de Ciências Socioambientais. O vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia foi finalmente encerrado com a conclusão das orientações de duas teses de doutorado, ambas defendidas em 2014.<sup>7</sup>

Recentemente, a partir de agosto de 2015, teve início o curso interinstitucional (UFMG/UNIMONTES) de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, com sede na cidade de Montes Claros, Norte de Minas, do qual também participo na condição de membro do corpo docente permanente. Esta experiência representa em nível da pós-graduação alguns dos desafios já experimentados na graduação, com a criação do curso de Ciências Socioambientais, sobretudo pelo caráter dos diálogos transdisciplinares e esforços de pesquisa na área ambiental.

São também dessa segunda fase um maior engajamento com a política de algumas associações científicas, tais como a ANPOCS e a ABA, nas quais atuei como membro das respectivas diretorias, simultaneamente, nas gestões 2011-2012. Na ABA, contribuí para a criação do comitê *Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos* e permaneço na condição de assessora especial da presidência para assuntos de meio ambiente até a presente data. Mas, antes de detalhar as atuações como diretora nas duas associações científicas, devo refletir primeiro sobre as experiências de pesquisa entrelaçadas à extensão, agora na segunda fase de docência na UFMG. Para tal, refletirei a seguir sobre a pesquisa *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, um projeto iniciado em 2007, cujos resultados foram lançados em 2011.

---

<sup>7</sup> Refiro-me às teses de Anabelle Lages e Raquel Oliveira Santos Teixeira, respectivamente: "O Supremo Tribunal Federal e a demarcação da Terra indígena Raposa Serra do Sol: sujeitos, ambiguidades e poderes na mais alta corte do país" e "A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos, em Belo Horizonte-MG".

### 3.2.2 - O Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais

A elaboração do *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais* (doravante *Mapa*) foi um projeto realizado na interface da pesquisa com a extensão. Ele buscou amplificar as vozes inaudíveis dos grupos atingidos por projetos hegemônicos de apropriação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que contribuiu para uma articulação dos diferentes atores no sentido de uma maior potencialização da sua participação nas políticas ambientais do Estado.

Em todas as regiões de Minas Gerais foi possível conhecer, registrar e compartilhar situações diversas envolvendo conflitos ambientais. Percebeu-se as particularidades de cada mesorregião do estado e as especificidades de atuação das entidades e movimentos sociais em variados contextos geográficos, políticos, econômicos e culturais. Os diferentes grupos sociais, sobretudo os atingidos por grandes projetos, puderam, durante a realização do projeto, compartilhar suas histórias que, apesar das especificidades, revelaram traços e desafios comuns, incitando à reflexão sobre caminhos alternativos para a superação de situações sociais marcadas pela injustiça ambiental.

Assim, avalio que o projeto possibilitou o registro de situações pouco conhecidas e criou uma oportunidade para que “vozes” geralmente ausentes de processos, atas, laudos, relatórios e documentos oficiais - como quilombolas, favelados, assentados, acampados sem terra, pequenos produtores rurais, pescadores, lavadeiras, indígenas - pudessem expor situações de risco e de injustiça a que estão submetidos num mapa que se apresenta como uma ferramenta na luta pelo reconhecimento de direitos e defesa do território.

O *Mapa*, uma parceria entre o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFGM), o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental (NINJA-UFSJ) e o Núcleo de Investigação em Injustiças Socioambientais (NIISA-Unimontes) foi lançado em 2011 em formato eletrônico contendo 540 registros de conflitos ambientais em território mineiro. Esta foi uma experiência que aconteceu em diálogo e inspiração com outras iniciativas, sobretudo aquelas que entrelaçam acadêmicos e movimentos sociais no âmbito da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).<sup>8</sup> Vale destacar o Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro, lançado em CD no ano de 2005, uma parceria entre Instituto de Pesquisas e

---

<sup>8</sup> Sobre a RBJA, consultar <https://redejusticaambiental.wordpress.com/>, acesso em 20 de julho de 2016.

Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); assim como o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, uma iniciativa de pesquisadores vinculados à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).<sup>9</sup>

A partir de uma proposta de metodologia qualitativa, centrada nas lutas dos diferentes sujeitos sociais para legitimar as suas formas de ver, ser e fazer socioambientalmente constituídas, o *Mapa* possibilitou a visualização das dinâmicas sócio-espaciais conflitivas para além de uma mera exposição de problemas e impactos ambientais na nossa sociedade. Afinal, os conflitos expressam processos em que a luta ocorre não somente pela conformação ótima de uma "aritmética das trocas e das reparações" (RANCIÈRE, 1996, p. 27), mas, sobretudo, pela legitimidade de outras formas de visão e *di-visão* do ambiente e do espaço social. Este entendimento interpela as noções correntes de justiça, democracia e participação, confrontando-as com as categorias de desenvolvimento e modernidade ora impostas a grupos subalternizados e silenciados à pretensão de uma uniformização de classe definida por intermédio de uma mensuração da capacidade de consumo no mercado de bens e de serviços.

No contexto desta reflexão, o *Mapa* reuniu uma equipe interdisciplinar e interinstitucional compreendida por dois sociólogos, uma antropóloga, um geógrafo e dezenas de estudantes inseridos em três universidades públicas localizadas em território mineiro. A metodologia empregada na pesquisa ensejou processos de investigação em duas frentes complementares de trabalho. A primeira concentrou-se nos casos institucionalizados de conflito ambiental desde o ano 2000 e compreendeu as seguintes estratégias de coleta de dados: análise das atas das reuniões das Câmaras Técnicas do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), para obtenção dos primeiros indícios de conflito na esfera dos processos administrativos, sobretudo nos processos de licenciamento ambiental; em seguida, foram realizadas entrevistas com técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), principalmente gerentes e funcionários mais antigos que poderiam, pelo recurso à memória, apontar casos mais polêmicos ou emblemáticos em cada área ou divisão do órgão; por último, realizou-se um amplo inventário dos casos de conflitos por meio de consultas aos arquivos do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), assim como através de entrevistas com funcionários da promotoria em

<sup>9</sup> <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>, acesso em 20 de julho de 2016.

cada sede de comarca do estado. As informações pesquisadas nas comarcas foram seguidas de visitas a campo, nas localidades mencionadas nos processos, em que se procurou conversar com os atores diretamente envolvidos e observar as dinâmicas locais por eles apontadas.

A segunda frente de trabalho objetivou a identificação dos conflitos não formalizados e para tal foram realizadas oficinas, consultas e entrevistas junto aos representantes de movimentos sociais, movimentos ambientalistas, sindicatos, ONGs entre outros atores da chamada sociedade civil. Dada a extensão geográfica, territorial e administrativa de Minas Gerais, as oficinas foram realizadas por mesorregiões, de acordo com a divisão administrativa do estado e o trabalho distribuído entre os núcleos de pesquisa.<sup>10</sup>



Oficina realizada em Diamantina-MG, em janeiro de 2010. Pesquisadores do Gesta, sentados ao fundo, anotam os relatos.

<sup>10</sup>

A pesquisa em interface com a extensão contou com apoios da FAPEMIG e do CNPq. Ela obteve apoio inicial da FAPEMIG (Processo SHA398/06) para pesquisar as Mesorregiões do Vale do Jequitinhonha e Metropolitana de Belo Horizonte (Fase 1). Em seguida, o projeto foi contemplado com recursos do CNPq (Processo 401169/2007-3), para complementar os estudos na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e executar a pesquisa na Mesorregião Central Mineira (Fase 2). Outro apoio da FAPEMIG (processo APQ 0743-5 06/07) foi destinado à investigação nas Mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Vale do Rio Doce (Fase 3). O quarto apoio da FAPEMIG (processo APQ-00462-08) finalizado em dezembro de 2010, foi destinado às investigações nas Mesorregiões Vale do Mucuri, Oeste de Minas e Noroeste de Minas. Para o levantamento dos conflitos ambientais nas Mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata, obteve-se os apoios da FAPEMIG (APQ 7074-5 06/07) e do CNPq (Processo n.º 401362/2007-8). A pesquisa na mesorregião Sul/Sudoeste foi realizada com financiamento da FAPEMIG (APQ 01051-08). Também com apoio da FAPEMIG (processo APQ- 00546-08), pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) realizaram a pesquisa na mesorregião Norte de Minas.



Na oficina de Itaobim/Jequitinhonha, pescador atingido pela barragem de Itapebi registra o conflito no mapa em 2009.

A ênfase na metodologia participativa para elaboração do *Mapa* e sua posterior atualização (projeto *Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, 2012-2014, sobre o qual falarei adiante) considerou, sobretudo, a perspectiva dos grupos mais vulneráveis e subalternizados da sociedade. Buscou-se o diálogo com os sujeitos envolvidos em ações coletivas e estratégias de denúncia e mobilização para a identificação e o reconhecimento das resistências às condições desiguais de uso e de distribuição do meio ambiente. Ao tempo em que se objetivava a obtenção de subsídios para a construção de um mapa a partir do ponto de vista dos próprios atores mobilizados por dinâmicas e processos envolvendo danos e/ou riscos socioambientais e a defesa do território, da saúde e dos meios essenciais para a sua reprodução socioambiental, procurava-se também refletir junto a esses mesmos sujeitos as possibilidades estratégicas de incremento da participação nas decisões das políticas ambientais do estado. Para tal, a equipe de pesquisadores se viu diante do desafio inicial provocado pela necessidade de um refinamento epistemológico acerca das categorias de “conflito” e de “meio ambiente”, relacionando-as ao discurso do senso comum e das políticas ambientais em vigor.

### *Tensionando as categorias do campo ambiental*

Conforme analisado em Zhouri (2014a e 2014c), a abordagem dos conflitos exigiu, de início, uma problematização das categorias “impactos” e “problemas” ambientais no seio da visão hegemônica do campo ambiental. Entretanto, este

desafio implicava, ainda, a necessidade de um entendimento mínimo comum sobre o significado de conflito, tópico que compreende um vasto universo de reflexões nas ciências sociais. Com efeito, Bobbio et al (1998) assinalam que a construção de uma polaridade dicotômica entre correntes epistemológicas clássicas no que concerne à perspectiva do conflito é bastante comum nas ciências sociais. Em um esforço de classificação e de síntese, os autores identificam um *continuum* entre autores/escolas que compreendem o equilíbrio ou a harmonia como o estado *normal* de uma dada sociedade e aqueles que, de outro lado, entendem o conflito como componente constitutivo das interações sociais. Para os primeiros, o conflito seria uma perturbação à ordem, uma anomalia a ser corrigida e/ou eliminada. Desse lado do *continuum* são geralmente identificados clássicos como Comte, Spencer e Durkheim. Do outro lado estariam expoentes de linhagens díspares, entre marxistas e liberais, tais como o próprio Marx, John Stuart Mill e Simmel, autores, enfim, que considerariam o conflito como forma de interação constitutiva das sociedades, nunca em estado de equilíbrio harmônico.

Com respeito a essa leitura dicotômica, advertem ainda Bobbio et al (1998) sobre a necessidade do reconhecimento de posições imprecisas ou de difícil localização ao longo do *continuum*. Neste entremeio estariam autores pertencentes a diferentes gerações e percursos intelectuais, a exemplo de Hegel, Kant, Weber e sociólogos da escola funcionalista americana. Para os últimos, os conflitos provocariam, ao menos, um mal-estar ao sistema social, apresentando, portanto, uma característica *disfuncional* (BOBBIO et al, 1998, p. 227-228). De toda forma, é oportuno assinalar a advertência feita pelos autores sobre a possibilidade de eliminação ou resolução dos conflitos:

A supressão dos conflitos é, contudo, relativamente rara. Assim como relativamente rara é a plena resolução dos conflitos, isto é, a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os conflitos (quase por definição um conflito social não pode ser "resolvido")... *As sociedades organizadas procuram diluir o conflito, canalizá-lo dentro de formas previsíveis, submetê-lo a regras precisas e explícitas, contê-lo e, às vezes, orientar para o sentido preestabelecido o potencial de mudança.* (BOBBIO et al., 1998, p. 228. Ênfases acrescidas)

Tal como venho discutindo nas pesquisas recentes sobre mineração (ver adiante, item 3.2.4), esta ressalva é especialmente pertinente para a compreensão

dos limites colocados às práticas políticas e institucionais que pretendem, quer do ponto de vista do licenciamento ambiental, quer da perspectiva da defesa dos direitos, “mediar” e “resolver” os conflitos entre sujeitos sociais que detém posições profundamente desiguais no espaço social. Retornarei à discussão sobre os limites da mediação de conflitos mais à frente, no tópico referente às pesquisas sobre mineração.

Por ora, cabe refletir que, seja nas abordagens que consideram o conflito como estrutural à sociedade de classes, ou naquelas que o compreendem como antagonismo próprio às ações de indivíduos e/ou grupos de interesse na sociedade ocidental, as análises atribuem aos conflitos um papel fundamental para os processos históricos de mudança social. Não é diferente a perspectiva antropológica que, voltada para os estudos das sociedades contemporâneas, incorporou às suas análises a categoria tempo e, com ela, a história numa abordagem diacrônica (OLIVEIRA, 1985). A Escola de Manchester, seguindo a tradição inglesa, notabilizou-se pelas investigações sobre mudança social em contextos de conflitos desencadeados pelos processos de descolonização na África, sobretudo entre as décadas de 40 e 60 do século XX. Ela contribuiu, assim, para a formulação de métodos e técnicas de pesquisa que valorizavam “a observação e a reconstrução do comportamento concreto de indivíduos em situações estruturadas” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 8). Contra as análises estruturalistas, a atenção voltava-se para a observação de gente no tempo e no lugar. O estudo de um caso ao longo de um determinado tempo oferecia uma compreensão de processos sociais em contextos de rápidas transformações. Respeitadas as diferenças históricas - globais e regionais - acrescidas da contribuição de novos aportes produzidos pelo conhecimento antropológico desde então, ainda permanecem como válidas as contribuições de clássicos como Mitchell, Gluckman, Turner para os registros de processos envolvendo gente no tempo e no lugar.

Evidentemente, o *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, construído a várias mãos e mentes, não partiu exatamente da análise situacional de casos desdobrados, tal como sugere a tradição antropológica inglesa, mas a inspiração para o registro das ações de sujeitos coletivizados e seus desdobramentos no tempo e no espaço balizou a compreensão do grupo a respeito do que observar como registro de conflito ambiental. Esta anotação valeu-se de maneira especial da

reflexão acerca das diferenças epistemológicas entre conflito e problema ambiental, à luz da teoria da prática desenvolvida por Pierre Bourdieu (1998).

### *Impacto ou conflito ambiental?*

Para uma equipe constituída por sociólogos, geógrafos e antropólogos, cada qual orientado por tradições clássicas e contemporâneas próprias às respectivas disciplinas, mas também inseridos em um vasto campo de reflexões denominado Ecologia Política, o ponto comum se apresentava, não obstante, por meio do foco na perspectiva do sujeito social e na compreensão de que a problemática do conflito ambiental passava necessariamente pela distinção desta noção em relação às abordagens epistemológicas correntes centradas nas categorias de “problema” e/ou “impacto” ambiental. Conjugava-se, portanto, a compreensão de que as categorias “impacto” e “problema” eram normalmente remissivas a uma realidade pretensamente objetiva e externa ao sujeito social que se pretendia, então, resgatar. Questionava-se a abordagem epistemológica que parecia jogar o sujeito para fora da história (senão a própria história) e, com ele, a política em nome da técnica, a pretexto de um consenso presumivelmente objetivista e universal – o fim das diferenças e das desigualdades e a união de todos pelo bem do meio ambiente.

Com efeito, a linguagem sobre problemas e impactos ambientais está institucionalizada hoje em políticas e normas ambientais. Componente da *doxa* do campo ambiental (CARNEIRO, 2005), ela remete a um conjunto de processos identificados a partir de um instrumental técnico que é, de fato, pactuado politicamente na sociedade, mas que se apresenta, por efeito de deslocamento na produção de sentidos (BOURDIEU, 1998), como retrato fiel e inquestionável da realidade. A ideia de conflito ambiental vem justamente problematizar a objetividade aparente das noções de problema e de impacto, o que implica igualmente no questionamento acerca da noção de meio ambiente como realidade objetiva e externa à sociedade, portanto, passível de apreensão e mensuração técnica e científica, conforme vimos discutindo.

Assim, a noção de conflito ambiental que se apresenta tomou como ponto de partida o processo social e a existência de relações entre sujeitos sociais, indissociáveis do meio em que habitam. Esboçada desta forma, esta noção possibilitou a análise das situações em que grupos e classes sociais afetados por

diferentes projetos econômicos contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia, à defesa dos direitos e à melhoria da sua condição socioambiental de existência. Portanto, esta abordagem é tributária da observação dos processos ambientais como sendo aqueles que envolvem relações marcadas pelo crivo da desigualdade entre os diferentes sujeitos sociais. Como analisado no item 3.1.4, não raro os conflitos eclodem quando o sentido e a utilização de um território por um determinado grupo, por exemplo, ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros grupos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. O conflito ambiental territorial, central numa sociedade voltada para a economia de exportação de *commodities*, como é o caso do Brasil, não é, contudo, a única modalidade de conflito, articulando-se, pois, na esfera do real, aos conflitos ditos espaciais e distributivos, conforme já abordado. A relação de desproporcionalidade no que se refere ao acesso dos sujeitos aos recursos da natureza, ou a desigualdade registrada na distribuição dos riscos ambientais, marca o solo dos conflitos, o que possibilita relacioná-los ao tema da justiça ambiental e das diferentes modalidades de ambientalismo (GUHA e MARTINEZ-ALIER, 1997, HARVEY, 1995). A identificação desses processos no tempo e no espaço permite a configuração de padrões que, revelados por um mapeamento, possibilita ver a direção da destinação da natureza e do meio ambiente, assim como da degradação e do ônus produzido pelos assim chamados projetos de desenvolvimento. Raça, classe social, gênero e degradação ambiental, são, portanto, elementos indissociáveis de um mesmo processo (BULLARD, 1983).

De fato, observamos que os poucos trabalhos voltados à cartografia de “problemas ambientais” tendem a assumir um enfoque exclusivamente técnico e quantitativo. Esse modelo deriva da própria opção metodológica (que é por sua vez, ligada a um determinado enquadramento teórico-conceitual), que assume o ponto de vista dos atores que estão em condições de impor sua visão, critérios e categorizações de mundo, de ambiente e de natureza (BOURDIEU, 1998). Entre esses atores estão os técnicos e os dirigentes dos órgãos públicos do meio ambiente, além dos próprios agentes do capital. Dessa maneira, pode-se esperar uma forte afinidade entre os levantamentos de “problemas ambientais”, assim desenvolvidos à pretensão de objetividade, e a promoção de políticas ambientais de corte muitas vezes antidemocrático, que pretendem extrair do “saber técnico”,

inacessível a distintos grupos sociais, as diretrizes e procedimentos de que serão “objeto” os demais atores envolvidos, notadamente aqueles oriundos dos extratos populares.

Esta visão dominante está amplamente ancorada no paradigma da modernização ecológica. Enquanto este paradigma aposta na inescapabilidade das soluções de caráter técnico e mercantil para a resolução dos “problemas ambientais”, tal como discutido em Zhouri e Laschefski (2010), as mobilizações locais que emergem a partir das situações de conflito trazem à pauta uma perspectiva distinta fundamentada sobre racionalidades diferenciadas de apropriação da natureza. Em oposição ao jogo da mitigação e da compensação estruturante do campo ambiental na atualidade (CARNEIRO, 2005), incluindo também o instrumento denominado “ajustamento de conduta” (pergunta-se afinal: ajustar quem? a que? quem estaria, de fato, sendo objeto de ajustamento? a que regras? a que comportamentos ou enquadramentos desejáveis? por quem? para quem?), diversos grupos sociais reivindicam a possibilidade de autodeterminação sobre os territórios que ocupam e a revisão das diretrizes políticas que coordenam o re-ordenamento espacial das atividades econômicas no estado. Isso traz à pauta a politização do debate a partir do princípio da diversidade cultural e da relação de classes que permeia o meio ambiente, possibilitando explicitar as diferentes visões acerca do que seja “impacto ambiental”, “sustentabilidade”, “problema ambiental”, “população atingida”, dentre outras categorizações (ZHOURI, 2014a).

A experiência do *Mapa* permite pensar que a apropriação de tecnologias com finalidade social pode ser um mecanismo efetivo de comunicação e de visibilização dessas diferentes concepções, modos de ser e de fazer territorializados. De outra parte, o *Mapa* é produto de uma experiência que relaciona os conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico aos saberes populares e demandas práticas dos grupos atingidos, com vistas à diminuição das assimetrias político-participativas características do campo ambiental. Nesse sentido, os objetivos almejados levaram em consideração as desiguais oportunidades de vocalização e de participação, de fato, dos diferentes sujeitos envolvidos nos processos de conflito ambiental. Ora, as “vozes” das populações política e economicamente subalternizadas estão em geral ausentes dos documentos oficiais (EIA-RIMAs, por exemplo), constituindo o *Mapa* em uma ferramenta típica da técnica hegemônica a ser eventualmente apropriada

pelos grupos em suas lutas pela igualdade de vocalização no campo legitimado pelo poder.



Oficina realizada no Triângulo Mineiro em 2012.

### 3.2.3 - O Observatório dos Conflitos Ambientais

O *Observatório* surgiu da necessidade de atualizar e divulgar o *Mapa* junto aos grupos sociais alvo do projeto. Objetivou-se potencializar o uso do portal eletrônico de modo a amplificar as vozes dos atores atingidos e suas demandas. Além de consolidar as parcerias entre o GESTA/UFMG, NINJA/UFSJ e o NIISA/Unimontes, a transformação do *Mapa* em *Observatório*<sup>11</sup> possibilitou criar uma ferramenta mais dinâmica de comunicação e de visibilização de situações de injustiças ambientais, das resistências e das lutas pelos direitos em Minas Gerais. Para tanto, optou-se por manter o enfoque metodológico pautado em oficinas participativas realizadas em diferentes regiões do estado com os grupos e sujeitos já contatados ao longo das atividades de pesquisa, a saber: movimentos sociais, associações comunitárias, ONGs, representantes de organizações de trabalhadores, pesquisadores, gestores públicos, etc. O contato dos pesquisadores com os atores envolvidos através das oficinas possibilitou também a atualização dos casos anteriormente registrados, complementando as informações disponibilizadas no sítio eletrônico.

<sup>11</sup> Projeto CNPq 305580/ 2012-4, também apoiado pela FAPEMIG e pelo MEC-SESU/PROEXT 2014. Ver [www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br](http://www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br).

A “devolução” do *Mapa* ocorreu através da exibição e discussão das informações coletadas nas doze (12) mesorregiões do estado e disponibilizadas tanto no portal eletrônico como por meio de cartilhas distribuídas nas oficinas. Para tal, foram elaborados informativos e cartilhas nas quais estão registradas em diferentes linguagens e instrumentos de comunicação os resultados da pesquisa e as orientações para uso do sítio eletrônico. Os usuários foram orientados a realizarem a atualização do portal, de forma que o *Mapa* não seja uma apresentação estática dos conflitos ambientais, e sim um observatório mais dinâmico sobre as situações conflitivas em Minas Gerais. A pesquisa objetivou ainda a articulação dos sujeitos envolvidos nessas situações de conflitos através do formato de oficinas presenciais, permitindo a troca de experiências e perspectivas dos próprios atores expostos aos impactos, danos e/ou violações aos direitos de acesso e apropriação do meio ambiente.



Oficina das mesorregiões central e oeste de Minas em 2013.

O banco de dados construído traz um substrato informacional fundamental à realização de políticas públicas que possivelmente atendam às parcelas populacionais mais marginalizadas. Além do *Mapa*, o *Observatório* contém ferramentas participativas tais como: *feed* de notícias, *links* com redes sociais, biblioteca contendo diferentes modalidades de produção acadêmica, entre outras ferramentas que possibilitam a divulgação e a atualização direta das narrativas sobre conflitos ambientais.

O *Observatório* foi lançado em diferentes eventos organizados pelo GESTA-UFMG a partir de julho de 2014, a exemplo do Encontro Nacional da Rede Brasileira

de Justiça Ambiental (RBJA) e do seminário realizado no auditório da Reitoria da UFMG, com a presença de cerca de 300 pessoas, incluindo vários interlocutores da pesquisa, a exemplo de geraizeiros do Norte de Minas, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, além de grupos ligados às ocupações urbanas em Belo Horizonte.



The screenshot shows the website interface for the Observatório dos Conflitos Ambientais. At the top, there is a navigation bar with the GESTA UFMG logo and menu items: INÍCIO, SOBRE O GESTA, OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, NOTÍCIAS, PRODUÇÕES ACADÊMICAS, and CONTATO. The main content area features a large map of Minas Gerais titled 'Mapa de Conflitos' with several red location markers. Below the map, there are two news articles. The first article is titled 'NOTÍCIAS: ANGLO AMERICAN: A TRUCULÊNCIA DA MINERADORA QUE PREGA DIÁLOGO' and discusses the company's actions in Conceição do Mato Dentro/MG. The second article is titled 'NOTÍCIAS: MANIFESTANTES FAZEM ATO EM MINAS E COBRAM MORÁDIAS DA SAMARCO' and reports on a protest in Acaiaca. To the right of the second article is a section titled 'Comunidade Alerta' with a photo of two women and a call to action to report environmental conflicts.

Página principal do Observatório dos Conflitos Ambientais

Em dois anos de funcionamento, o *Observatório* acumulou cerca de 57.000 visitas e reúne 505 fichas técnicas de casos de considerável reconhecimento público ou relevância socioambiental. Este número, apesar de bastante significativo, certamente não representa uma expressão real ou quantitativa dos conflitos ambientais no estado, mas um registro dos casos mais emblemáticos e recorrentes nos últimos dez anos. Como já observado, o *Mapa*, assim como o *Observatório*, vem dialogando com iniciativas diversas no Brasil e no exterior, tais como o mapa do EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade) e o OCMAL (Observatório de Conflictos Mineros na America Latina). Suas experiências têm sido

compartilhadas e têm inspirado outras iniciativas, a exemplo do Observatório dos Conflitos Ambientais do Extremo Sul do Brasil.

Devo registrar as gerações de alunos que passaram pelo GESTA e possibilitaram tanto o mapeamento dos conflitos como a atualização do Observatório. Foram dezenas de estudantes desde 2007. Bolsas de iniciação científica e de extensão possibilitaram a formação permanente de pessoal ao longo dos anos. Dezenas de monografias foram defendidas, além de dissertações e teses que estão registradas no portal eletrônico.<sup>12</sup> Com o ingresso de novos professores no departamento de Antropologia e Arqueologia, alguns dos colegas ingressaram também no GESTA-UFMG, ampliando as possibilidades de pesquisa e de espaço para a formação dos estudantes. Vale mencionar o mapeamento de povos e comunidades tradicionais, projeto desenvolvido por Aderval Costa Filho, conflitos ambientais em Unidades de Conservação, área de atuação de Ana Beatriz Vianna Mendes e conflitos ambientais em áreas de mineração no médio espinhaço mineiro, tema que compartilho com a colega Ana Flávia Moreira Santos e, mais recentemente, com Raquel Oliveira Santos Teixeira, ex-orientanda que, atualmente, é professora do Departamento de Sociologia da UFMG. Fora da antropologia, parceiro constante, na acadêmica e na vida, Klemens Laschefski tem contribuído com aportes da geografia para as pesquisas e orientações sobre conflitos em áreas urbanas, em territórios tomados pelo agronegócio, assim como pela mineração. Esta última tem sido tema de pesquisas mais recentes, em razão das dinâmicas sócio-espaciais observadas no *Mapa dos Conflitos Ambientais*. Desde 2012, atividades de pesquisa, ensino e extensão se organizam em torno da mineração e suas consequências socioambientais no estado de Minas Gerais. Entre os projetos, destaco: '*Alcances e limites da resolução negociada de conflitos ambientais: o projeto Minas-Rio*' e '*Nova Fronteira Minerária, land-grabbing e regimes fundiários: consequências socioambientais e limites da gestão de conflito*', ambos apoiados pelo CNPq.

---

<sup>12</sup> <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/teses-dissertacoes-e-monografias/>, acesso em 20 de julho de 2016.

### 3.2.4 - As pesquisas sobre mineração

#### *Os maiores minerodutos do mundo*

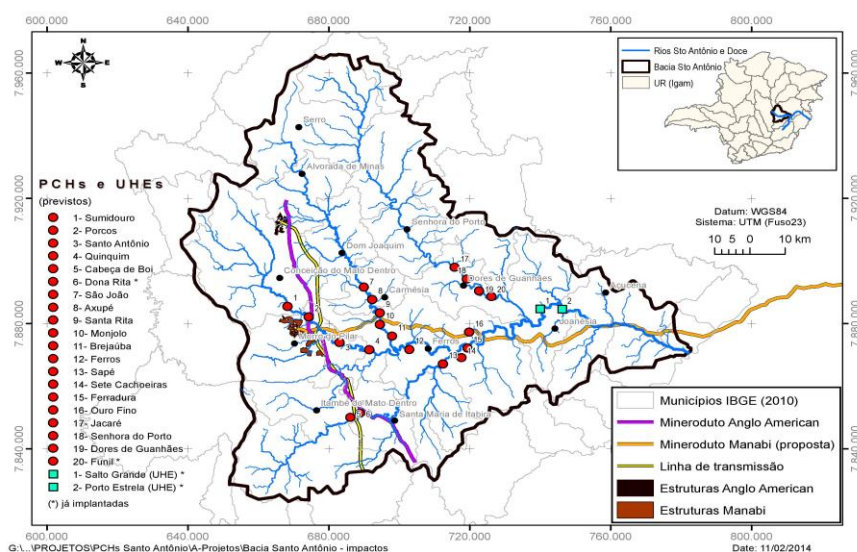
Evidentemente, a mineração não pode ser considerada isoladamente, como um setor da economia apenas, mas deve ser compreendida em relação a todo o complexo técnico-econômico do qual, de fato, ela faz parte: a construção de hidrelétricas e da infraestrutura de transportes, a ampliação das monoculturas de eucalipto, enfim, atividades econômicas relacionadas à produção do espaço urbano-industrial (ZHOURI, LASCHEFSKI e OLIVEIRA, 2010). Desta forma, uma nova fronteira minerária aparece no *Mapa* entrelaçada às dinâmicas de expansão das áreas de cultivo de eucalipto e hidrelétricas, por exemplo, na bacia do Rio Santo Antônio, uma sub-bacia do Rio Doce.

Em 2011, o GESTA foi contatado por atingidos pela mineração no município de Conceição do Mato Dentro, bacia do Rio Santo Antonio, que procuravam apoio técnico para o acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do projeto Minas-Rio, empreendimento inicialmente pertencente à MMX, empresa do grupo de Eike Batista, vendido no processo para a internacional Anglo American. O trabalho de extensão demandado pelos atingidos implicava a produção de relatórios e demais peças técnicas que pudessem subsidiar a resistência e a defesa dos seus direitos frente à esse empreendimento minerário. À época, eu estava ainda na fase de conclusão do *Mapa* e contava basicamente com estudantes de graduação no núcleo de pesquisa. Então, essa demanda dos moradores de Conceição do Mato Dentro só pode ser atendida um pouco mais tarde, em 2012, com a chegada ao GESTA da colega Ana Flávia Moreira Santos, que já tinha conhecimento sobre o “caso Conceição” desde 2009, em função da sua atuação como perita em antropologia na Procuradoria da República em Minas Gerais. A partir daí, uma inserção mais sistemática foi sendo consolidada em torno do projeto Minas-Rio.

O projeto de pesquisa '*Alcances e limites da resolução negociada de conflitos ambientais: o projeto Minas-Rio*' foi apoiado pelo CNPq desde 2012, ano em que também realizamos o seminário nacional “*Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*”. Este seminário contou com a participação de colegas de norte a sul do Brasil, a maioria deles participantes nos GTs sobre conflitos ambientais da ANPOCS

e da RBA. Além desses, estavam entre os expositores, representantes do Ministério Público Federal e Ministérios Público Estadual dos estados de Minas Gerais e de São Paulo. A ideia do seminário surgiu, de fato, durante o encontro da ANPOCS, em 2012, e foi inspirada no “caso Conceição”. Ele teve como objetivo principal a promoção de um diálogo com o Ministério Público sobre os limites da negociação de conflitos, tendo em vista a emergência de esferas de negociação construídas para enfrentar os desafios da mineração em Conceição do Mato Dentro, sobretudo no que se referia à identificação do universo atingido, aspecto diretamente relacionado à defesa dos direitos dos moradores (discussão adiante). O diálogo com o MP se desdobrou em outros processos e um dos resultados acadêmicos foi a edição da coletânea homônima, organizada por mim e por Norma Valencio (UFSCar/USP), publicada pela editora da UFMG, em 2014.

Com efeito, em Minas, projeta-se a construção de nove minerodutos para escoamento da produção de minério de ferro do estado em direção aos litorais nordeste (Ilhéus) e sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo). Os projetos *'Alcances e limites da resolução negociada de conflitos ambientais: o projeto Minas-Rio'* e *'Nova Fronteira Minerária, land-grabbing e regimes fundiários: consequências socioambientais e limites da gestão de conflito'*, visavam investigar os conflitos em torno das minas e dos minerodutos que incidem na bacia do Rio Santo Antônio, Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, com extensão até o litoral dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.



Mapa de projetos na bacia do Rio Santo Antonio, elaborado por Paulo Rodrigues para o Movimento de Defesa das Serras e Águas de Minas (MOVSAM).

O projeto Minas-Rio, em funcionamento desde 2014, entrou em processo de licenciamento ambiental desde 2007. Trata-se de um complexo minerário que engloba uma mina e uma unidade de beneficiamento nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG), e um mineroduto de 525 km que se entende até São João da Barra (RJ), atingindo 32 municípios no total. O empreendimento colide diretamente com os territórios de povos e comunidades tradicionais, além de incidir sobre os ecossistemas protegidos, como os da Serra do Espinhaço, sendo gerador de conflitos socioambientais. No ano de 2012, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, criou a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) composta por diferentes atores envolvidos com o caso, entre eles, os atingidos e a empresa. Além disso, criou também o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (NUCAM), em parceria com o Banco Mundial (ver discussão item 4.1.2).

Em uma de suas frentes, o projeto “*Alcance e limites...*” buscou analisar as consequências socioambientais, institucionais e legais do referido empreendimento, com foco no processo de licenciamento ambiental da obra e seus desdobramentos. Foram investigadas as implicações dos novos arranjos institucionais no âmbito do Ministério Público, objetivando a resolução negociada de conflitos ambientais. Três monografias de conclusão de curso de graduação foram concluídas sobre o “caso Conceição”. Uma tese de doutoramento em antropologia está em andamento, compreendendo uma análise comparativa sobre esse caso e os mesmos arranjos institucionais propostos para lidar com o desastre da Samarco, em Mariana (a ser discutido no último tópico desta seção).

Já o mineroduto Manabi S/A, em fase de licenciamento prévio, compreende um complexo minerário de produção e escoamento de minério de ferro que ligará o município de Morro do Pilar/MG a Linhares/ES, cruzando 23 municípios a partir de um mineroduto de 511,77 km de extensão para a exportação anual de 25 milhões de toneladas de minério de ferro. A chegada da Manabi S/A na Bacia do Santo Antônio tem provocado pressões e tensões junto aos moradores que vivem nas áreas diretamente afetadas previstas pelo projeto. Por estar em uma fase inicial de licenciamento ambiental, diferentemente do empreendimento Minas-Rio, em operação, a análise deste projeto tem permitido observar as várias etapas do processo, tais como a avaliação de impactos pelos órgãos licenciadores, IBAMA no

nível federal e SUPRAM no nível estadual, com ênfase nas consequências desta própria fragmentação do universo alcançado pela obra, as ações dos diferentes atores envolvidos, como os moradores atingidos e o Ministério Público que, em nível estadual, assinou um Termo de Ajuste de Condutas (TAC) “preventivo”, antes da avaliação de impactos ambientais pelos órgãos competentes, o que pode ser um reflexo dos conflitos gerados pelo mineroduto Minas-Rio. Quatro monografias de graduação foram concluídas sobre este caso, e uma segue em andamento.

É importante ressaltar que todo esse processo de pesquisa foi entrelaçado a uma intensa agenda extensionista, que implicou um profundo engajamento com o universo dos atingidos pela mineração na Bacia do rio Santo Antonio. As denúncias sobre violações de direitos humanos dos grupos atingidos pelas atividades minerárias, sobretudo nos casos acima, foram registradas no *Mapa dos Conflitos*<sup>13</sup> e em diferentes audiências públicas, tais como aquela realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 06 de maio de 2013. A preocupação com a instalação de minerodutos que utilizam volumes consideráveis de água, extraída dos mananciais de Minas Gerais para o transporte do minério até os portos do litoral, foi tema igualmente debatido em audiência pública realizada pela Comissão Extraordinária das Águas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 26 de agosto de 2013. A denúncia sobre a violação de direitos no “caso Conceição” chegou até mesmo ao Vaticano, em reunião promovida pela Igreja Católica com atingidos pela mineração em diferentes partes do mundo. Recentemente, o caso foi exposto perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em reunião ocorrida em junho de 2016, no Chile, ocasião em que as violações referentes ao desastre da Samarco, em Mariana, também foram denunciadas.

O sofrimento social (DAS et al, 1996) provocado pelo processo de licenciamento ambiental do mineroduto Minas-Rio afetou-me de forma pessoal e acadêmica. Fui testemunha de reiteradas situações de violência promovidas não apenas pela empresa, mas pelo próprio Estado, aspecto que define o conceito trabalhado por Das et al (1996). Situação paradigmática foi a audiência pública realizada para a concessão da Licença de Operação da mina, em fins de setembro de 2014. Após testemunhar abusos de poder que se prolongaram por mais de 12

---

<sup>13</sup> Consultar fichas no Mapa em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582> e <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=573> respectivamente Caso Conceição e caso Manabi. Acesso em 20 de julho de 2016.

horas em uma *massacrante* (termo nativo, que compartilho) reunião que contou com forte aparato repressor contra os atingidos, escrevi e divulguei nas redes sociais o desabafo: “*Eu vi o horror e vos acuso*”, o qual reproduzo, na íntegra, no anexo III deste memorial.



A massacrante audiência pública para concessão da Licença de Operação para a Anglo American. Diamantina, 29 de setembro de 2014.

Entre as ações extensionistas realizadas no “caso Conceição”, sublinho as oficinas feitas com os atingidos e a elaboração de pareceres sobre as falhas dos estudos técnicos apresentados pela empresa. Reuniões junto ao Ministério Público e participações em audiências públicas também fizeram parte das atividades de extensão. Uma iniciativa interessante e relevante, desenvolvida em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), visou a troca de experiências entre os atingidos das duas pontas do mineroduto Minas-Rio. Em junho

de 2013, atingidos pelo Porto de Açú, no Rio de Janeiro, foram trazidos para uma vivência junto aos atingidos pela mina, em Conceição do Mato Dentro. Foram dois dias de oficinas, com relatos de experiências e visitas às comunidades rurais da região. Em seguida, no mês de agosto do mesmo ano, foi a vez dos atingidos pela mina conhecerem o lugar de morada dos atingidos pelo porto, no Rio de Janeiro. Essa troca de experiências pareceu-me profícua para os atingidos. Ela promoveu o aprendizado recíproco sobre estratégias de resistência, análises compartilhadas sobre o *modus operandi* do Estado e das empresas envolvidas, enfim, o sentido da solidariedade. Algumas das lideranças permanecem em contato até os dias atuais. Um vídeo sobre essa experiência foi produzido pelo IBASE, intitulado *Minas-Rio, uma historia de Violações*.<sup>14</sup>



Oficina com atingidos pelo mineroduto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro-MG. Realizada no prédio da FAFICH em dezembro de 2013.

No “caso Manabi”, as ações de extensão têm resultado em pareceres sobre o EIA-RIMA para os atingidos, notas técnicas de campo sobre as comunidades tradicionais e quilombolas atingidas pela mina, sobretudo no município de Morro do Pilar, a pedido do Ministério Público Federal, bem como oficinas para elaboração de pesquisa envolvendo história oral e campesinato junto com alunas de uma escola estadual, em Santa Maria de Itabira.

<sup>14</sup> <http://ibase.br/pt/midiатеca/videos-midiатеca/projeto-minas-rio-uma-historia-de-violacoes/> (acesso em 20 de julho de 2016).



Primeira oficina sobre o projeto Manabi, realizada na igreja católica do povoado de Sete Cachoeiras, município de Ferros-MG, em abril de 2013.



Oficina realizada em Cachoeira do Tenente, município de Ferros-MG, em maio de 2016.

É importante dizer que as participações em audiências públicas e reuniões decisórias do Conselho de Política Ambiental renderam episódios de violência moral, e até mesmo física, perpetradas por agentes do poder público municipal de Morro do Pilar contra pesquisadores do GESTA-UFMG, fato levado ao conhecimento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade, que emitiu um posicionamento endereçado a atores como o consórcio minerário, o órgão ambiental, a prefeitura municipal de Morro do Pilar e o Ministério Público Federal.

De fato, os projetos minerários simbolizam um novo *modus operandi* das grandes corporações transnacionais e de práticas corporativas de desenvolvimento. São corporações que transcendem as fronteiras nacionais, amparadas por grandes instituições financeiras e influentes no âmbito nacional. Mas ao aterrizarem nas

localidades, territórios de comunidades tradicionais, também considerados enclaves econômicos na ótica desenvolvimentista, acabam por dialogar com forças políticas conservadoras do lugar, reativando, assim, práticas coronelistas históricas, pensadas como extintas pela modernidade, processo que vem chamando a atenção nas nossas pesquisas. Algumas análises vêm sendo registradas em diferentes publicações. Além do livro *“Formas de matar...”*, já mencionado, destaco as publicações em espaços internacionais, como um dos artigos do Cuaderno Waterlat (ZHOURI, 2014b), um *Working Paper* da rede alemã DesiguAldades.Net (ZHOURI, 2014c) e um capítulo do livro organizado por Bryant Raymond, *The International Handbook of Political Ecology* (ZHOURI, 2015). Além das publicações, registro a organização de eventos, como o seminário *‘Fomas de matar...’* e, sobretudo, o *Seminário Internacional Mineração na America Latina: neoextrativismo e lutas territoriais*, ocorrido em agosto de 2015, que contou com pesquisadores de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Amazônia, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Colômbia, além de atingidos pela mineração de Minas, Rio de Janeiro e Maranhão. Foram dois dias de intensa troca de experiências, o que resultou no livro *Mineração na America do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*, a ser lançado pela editora Annablume, em outubro de 2016, durante a ANPOCS. Mais recentemente, o desastre da Samarco, deflagrado em Mariana, em 5 de novembro de 2015, vem ocupando a maior parte da agenda de pesquisa-extensão do grupo, e sobre ele dediquei o último tópico desta seção.

### *O Desastre da Samarco*

A barragem de Fundão que se rompeu é uma estrutura de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A., cujo capital é controlado paritariamente pela Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. O desastre causou de imediato dezenove (19) mortes e liberou cerca de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários que, carregados até o Rio Doce, percorreram aproximadamente 600 km até o litoral do Espírito Santo. Imediatamente após o rompimento da barragem, jornalistas, atingidos, pesquisadores nacionais e internacionais, Ministério Público entre outros, demandaram do GESTA-UFMG informações, diagnósticos e posições sobre o desastre. Concedi inúmeras entrevistas, sendo uma das primeiras ao programa

Opinião Minas, da Rede Minas, no dia 9 de novembro<sup>15</sup>. Entre os eventos públicos, destaco o “Aulão Público com Andréa Zhouri”, que reuniu centenas de participantes em 20 de novembro de 2015, quinze dias após o rompimento da barragem.<sup>16</sup>

Além das entrevistas e demais manifestações públicas, coordenei uma representação, endereçada ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, que objetivou, de um lado, apontar os equívocos dos encaminhamentos institucionais dispensados ao caso, muitos dos quais resultantes de uma classificação incorreta da situação como conflito ambiental e, de outro lado, sugerir medidas apropriadas ao desastre tecnológico vivenciado pelas vítimas. Esta representação foi assinada pelos pesquisadores do GESTA e obteve o apoio de duas dezenas de grupos de pesquisa do país. Dela resultaram dois textos acadêmicos de autoria coletiva<sup>17</sup>: *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*, publicado pela revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, em julho de 2016, e *O desastre da Samarco em Mariana: colonialidade e sofrimento social*, um dos capítulos do livro *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, no prelo).

Em um primeiro momento, a contribuição para o debate sobre o desastre concentrou-se na reflexão analítica sobre as diferenças entre *conflito ambiental* e *desastre tecnológico*, bem como nas análises sobre o *sofrimento social* (DAS et al 1996) produzido pelo tratamento institucional colocado em prática na situação.

Ora, é preciso assinalar que a flexibilização das normas do licenciamento ambiental tem sido acompanhada por um certo desmonte das agências ambientais, processo que se reflete na negligência para com as ações de monitoramento e fiscalização dos empreendimentos, assim como para a gestão das catástrofes. Nos textos sobre o caso Samarco, apontamos que a gestão desses desastres tem se deslocado do eixo da investigação de possíveis crimes ou infrações legais para o eixo do tratamento administrativo de “conflitos socioambientais”, aos quais são dedicadas tecnologias diversas de prevenção de disputas, com ênfase em acordos orientados à construção de pretensos pactos entre partes potencialmente litigantes. No caso de Mariana, o gerenciamento da crise derivada do desastre implicou na

<sup>15</sup> Consultar <http://redeminas.tv/opiniao-minas-discute-se-e-possivel-unir-mineracao-e-protacao-do-meio-ambiente/>, acesso em 20 de julho de 2016.

<sup>16</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=B8iyBdHspNc>, acesso em 20 de julho de 2016.

<sup>17</sup> Os pesquisadores que assinam o artigo junto comigo são: Norma Valencio (USP/UFSCar), Raquel Oliveira Santos Teixeira, Marcos C. Zucarelli, Klemens Laschefski e Ana Flávia Moreira Santos, todos do GESTA-UFMG.

mobilização de dispositivos específicos, como mesas de negociação e a assinatura do “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta”, celebrado entre a União, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as empresas responsáveis. Esses dispositivos são, em geral, mobilizados sob a justificativa da necessidade de uma ação mais célere e eficaz, em contraste com a ênfase em punições por via da judicialização, com a responsabilização dos agentes corporativos e o cumprimento das demandas colocadas pelos atingidos. Entretanto, argumentamos que esse processo se realiza, de fato, em detrimento dos espaços e possibilidades de participação dos atingidos e apoiadores, segmentos que não foram ouvidos ou consultados quando da elaboração do referido Termo. Tal tratamento evidencia os limites das instituições de defesa dos direitos que, a partir de receituários para o uso de tecnologias resolutivas providos por instituições financeiras internacionais, circunscrevem o debate político ao ajuste de interesses entre as partes, como observamos no “caso Minas-Rio”, discutido anteriormente.

Desta forma, os textos escritos sobre o desastre procuraram analisar as classificações administrativas e as ações adotadas por parte do Estado e das empresas, que culminaram no sofrimento social e na perpetuação de injustiças socioambientais. Alertamos para o fato de que, sob o manto da mediação e do acordo, por vezes operam imposições excludentes, cujo efeito é a flexibilização de direitos já garantidos pela Constituição Federal. A redução das possibilidades de participação enseja não só o agravamento das vulnerabilidades desencadeadas pelo desastre, mas também a marginalização das mobilizações locais dos atingidos. Salientamos, então, que os desastres não se limitam ao evento catastrófico, mas se desdobram em processos duradouros de crise social, frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social (DAS et al 1996).

Conforme buscamos evidenciar, os desastres são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade. Isso implica a integração da situação em si, ou seja, da crise social aguda, ao processo no qual a situação é produzida, isto é, a crise social crônica. Assim, elementos explicativos da “crise aguda” precisam ser buscados numa dimensão histórica mais ampla.

Assim como Bento Rodrigues, vilarejo totalmente destruído pela lama, inúmeras comunidades ribeirinhas na bacia do Rio Doce constituíram historicamente os seus lugares e modos de vida em torno da dinâmica fluvial, e somente com a posterior inserção do megaempreendedor minerário no território é que seus respectivos lugares foram transformados em “áreas de risco”, sujeitas a catástrofes. Indício significativo desse processo é a estimativa feita pela Fundação Estadual do Meio Ambiente de que, das 735 barragens existentes em Minas Gerais, 42 não apresentam garantia de estabilidade. Sabe-se que, no caso da barragem de Fundão, os riscos de um possível rompimento, e as medidas que deveriam ter sido tomadas para evitá-lo, já eram conhecidos pelas autoridades ambientais anteriormente ao evento. Por isso, identificamos a situação como típica de um desastre tecnológico:

Um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes. Exemplos 11/09, Massacre da escola Columbine, Vazamento do Exxon Valdez, Desastre da Challenger da NASA, desastre de Chernobyl (SEGEN, 2002)

Através de uma análise enviesada do desastre, o Estado criou bases para suscitar uma compreensão da Samarco como *uma* dentre as demais *vítimas das circunstâncias*. Um desdobramento possível dessa interpretação pode vir a ser a propagação de um discurso que qualifica a prática empresarial junto aos grupos afetados como sendo um *apoio* ou *solidariedade prestada à comunidade*: uma ação de caráter voluntário e assistencialista, que vai se desvinculando de uma responsabilidade efetiva da empresa quanto à reparação dos danos por ela causados. Efetivamente, a forma como se qualifica o fator causal de um desastre tem estreita correspondência com estratégias de criação e reversão de significados em prol das posições dominantes em jogo.

Em geral, o tratamento institucional dispensado aos atingidos constitui o principal fator capaz de engendrar o sofrimento social dos afetados, que resulta “daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais” (DAS et al., 1996, pp. XI). O conceito de sofrimento social permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem

em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social. No caso em tela, trata-se de um *evento crítico* cujas raízes sociopolíticas estão associadas à reprodução de conflitos ambientais pretéritos.

Em Mariana, vários procedimentos institucionais contribuíram para aumentar o sofrimento social. O próprio ato de alojar os desabrigados em hotéis espalhados pela cidade e, posteriormente, em casas alugadas, distantes umas das outras, teria dificultado a articulação dos atingidos. Mesmo lidando com o trauma do desastre, as pessoas foram obrigadas, sem tempo de preparo, a formarem comissões representativas, apreenderem estratégias de diálogo e de negociação, tudo isso sem pontos de referência para os encontros que lhes proporcionassem uma segurança.

Outro aspecto problemático diz respeito à delimitação do universo atingido. Pautada por referências do Banco Mundial, a Samarco operacionaliza uma definição de atingido baseada na distinção entre *deslocamento físico* e *deslocamento econômico* (IFC, 2012). Esta distinção foi tomada como ponto de partida para um escalonamento das “afetações” em termos de gravidade e grau de emergência, bem como para o reconhecimento das demandas, a serem atendidas a partir de uma classificação e hierarquização das reivindicações. As categorias administrativas da empresa parecem tecer, assim, fronteiras móveis e sutis de inclusão e exclusão, passíveis de contestação pelas vítimas.

A debilidade institucional na gestão da catástrofe, no que diz respeito ao restabelecimento das condições de vida das vítimas; e a mobilização de discursos técnicos para desresponsabilizar as empresas causadoras do desastre são outros elementos que agravam o sofrimento social, e que foram trabalhados nos textos.

Arrisco dizer que, após a representação feita pelo GESTA-UFMG, a forma de nomear o ocorrido foi paulatinamente mudando nos discursos dos diferentes agentes institucionais. Deslocamentos do termo *acidente* para *desastre*, e deste para *desastre tecnológico*, podem ser observados em manifestações públicas e documentos oficiais. Da mesma forma, as técnicas de resolução negociada de conflitos via mesas de negociação, implantadas de início por parte do estado de Minas Gerais ou das esferas da municipalidade, foram sendo desativadas. Mais recentemente, o Acordo feito entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco/Vale/BHP Billinton foi contestado judicialmente pelo Ministério Público Federal e sua homologação esta suspensa por ordem do

Supremo Tribunal de Justiça até a presente data. Na argumentação do MPF, consta a necessidade de se realizar um mapeamento das comunidades tradicionais atingidas pela lama, ao longo do Rio Doce, e uma explícita sugestão de que este levantamento seja realizado por núcleos de pesquisa a exemplo do GESTA-UFMG.

Na seara dos eventos acadêmicos recentes sobre o desastre, é válido registrar a minha participação nos seminários organizados pela FIOCRUZ e pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT-UFMG), respectivamente em maio e junho de 2016. Durante a SBPC, ocorrida em Porto Seguro, em julho do corrente, participei de uma mesa redonda proposta pela ANPPUR e coordenada por Henri Acselrad (IPPURT/UFRJ). Em agosto, organizei o Simpósio Especial sobre mineração no âmbito da 30a. Reunião Brasileira de Antropologia. Uma mesa redonda, em outubro de 2016, está prevista para o 40o. Encontro da ANPOCS. Recentemente, entre 145 propostas de projetos de pesquisa apresentados ao edital especial CAPES/FAPEMIG para recuperação do Rio Doce, o projeto do GESTA foi um dos 29 contemplados, o que implica a continuidade dos estudos sobre o caso para os próximos anos.

#### **4 - O debate sobre desenvolvimento e conflitos ambientais nas associações científicas**

Como mencionado acima, uma frente de trabalho acadêmico tem se consolidado no âmbito das associações científicas ao longo dos anos.

Na ANPOCS, os GTs e STs sobre conflitos ambientais vêm se realizando há doze edições consecutivas (2004-2016). Como apontam os propositores do ST em 2016, Horácio Antunes (UFMA) e Raquel Rigotto (UFC), sua criação e proposição fazem parte de um movimento acadêmico e político mais amplo de pesquisa sobre a "questão ambiental" e o movimento de sua ressignificação operado, nos anos 1990, através da noção de "desenvolvimento sustentável" é visto como uma nova utopia-ideologia referenciadora. Conforme avaliações feitas nos relatórios finais, elaborados desde a primeira edição do GT, essa construção coletiva requereu "a consideração crítica dos pressupostos deste novo paradigma hegemônico", assim como a busca de uma reflexão sobre conflitos e desigualdades ambientais. Apesar das mudanças de nome e enfoque, é importante sublinhar o esforço empregado para abordar uma mesma problemática a partir de ângulos distintos, sendo propostas a partir de

avaliações dos participantes da edição do ano imediatamente anterior. Essa prática tem garantido continuidade ao GT como instigante fórum de debate acadêmico. Mesas redondas complementam o empenho para a manutenção do espaço de debate sobre os conflitos ambientais no âmbito da ANPOCS, assim como também na SBS e na RBA.

Interessante notar que a organização dos sucessivos GTs sobre conflitos ambientais tem sido feita pela estratégia colaborativa entre pesquisadores mais experientes e outros de formação mais recente. Desta forma, uma rotatividade dos coordenadores é possível, o que tende a evitar centralizações e garante maior integração entre pesquisadores com trânsito e trajetória em áreas distintas das ciências sociais e de diferentes gerações, inserções institucionais e regiões do país. Entre as várias edições do GT, destaco minha participação na coordenação do ST “Natureza e sociedade: a sustentabilidade em questão”, coordenado em 2004 em colaboração com Edna Castro (NAEA/UFPA) e Neide Esterci (UFRJ); e em 2005 e 2006, GT “Conflitos sociais e meio ambiente”, organizado em parceria com Eder Jurandir Carneiro (UFSJ) e Henri Acselrad (UFRJ).

Na sequência, as edições seguintes contaram com as coordenações de Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) e Norma Valêncio (UFSCar), em 2006-2007; Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) e Flávia Galizoni (UFMG) em 2009; Flávia Galizoni (UFMG) e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (UFMA) em 2010; este último e Eder Carneiro (UFSJ) em 2011-2012; Neide Esterci (UFRJ) e Eder Carneiro (UFSJ) e, por fim, em 2014 e 2015, a coordenação ficou a cargo de Neide Esterci (UFRJ) e Cleyton Henrique Gerhardt (UFGRS). Na maioria das edições, participei como parecerista na escolha de resumos, ou como coordenadora ou debatedora de sessão. Trata-se de um espaço rico em trocas e debates intelectuais através do qual foi se consolidando uma rede de pesquisadores sobre o tema dos conflitos ambientais no Brasil.

Além da participação na organização de GTs e mesas redondas, devo detalhar um pouco mais a minha inserção nas atividades administrativas das associações científicas. Durante a gestão 2011 e 2012 da ANPOCS, participei da direção a convite do então presidente, Marcos Costa Lima (UFPE). No mesmo período, fui membro da diretoria da ABA, a convite de Bela Feldman Bianco, presidente na gestão 2011-2012. A participação simultânea na direção das duas entidades possibilitou a coordenação estratégica de atividades envolvendo ambas as associações, o que permitiu otimizar esforços e recursos, chamando atenção para

temas candentes do período, como o processo de licenciamento da barragem de Belo Monte e a resistência de ribeirinhos, indígenas e demais atingidos da região.

Neste sentido, para a reunião da ANPOCS, em outubro de 2011, é importante mencionar a organização do Simpósio Especial, realizado em parceria com a ABA. Intitulado *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais*, esse simpósio gerou a organização do livro homônimo, publicado no ano seguinte pela ABA (ZHOURI, 2012), e estava organizado em três sessões, a saber: 1ª sessão, *Quilombos no Brasil: desafios contemporâneos ao fazer antropológico*, com coordenação de Cíntia Beatriz Müller (UFBA) e expositores como Ilka Boaventura Leite (UFSC), Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN), Eliane Catarino Dwyer (UFF), Miriam Chagas (MPF, 4ª Região) e José Augusto Laranjeira Sampaio (Uneb). A 2ª sessão, *Laudos antropológicos: novas perspectivas*, teve a coordenação de João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ) e exposições de Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Fabio Mura (UFPB) e Deborah Duprat (P G R - 6 a.CCR). Por último, a 3ª sessão, *Projetos de desenvolvimento, meio ambiente e povos tradicionais: o caso Belo Monte*, foi por mim coordenada e contou com expositores da academia e de movimentos sociais, uma combinação pouco usual no circuito da ANPOCS. Entre os expositores estavam Gustavo Lins Ribeiro (UnB), Sonia Magalhães (UFPA), Clarice Cohn (UFSCar), Antonia Melo (Movimento Xingu Vivo), Edna Castro (UFPA), Celio Berman (Engenharia/USP) e um representante indígena Arara, da Volta Grande do Xingu.

Outra atividade de destaque na reunião de 2011 foi a coordenação da Sessão Especial intitulada: *Do código Florestal à desregulação ambiental*, tema igualmente relevante e candente naquele momento de revisão da legislação florestal. Para esta sessão vieram expositores como Ariovaldo Umbelino, geógrafo da USP e Jean Pierre Leroy, educador ambiental da FASE.

Na ABA, além da organização de diferentes modalidades de atividades que ocorreram na RBA de 2012, em São Paulo, merece um tópico específico a criação do comitê *Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos*.

#### 4.1 - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA

A criação de um novo comitê centrado na temática dos grandes projetos não significou, evidentemente, a inauguração de um novo tema na antropologia

brasileira, mas sua necessária atualização e estabelecimento de um espaço institucional acadêmico frente ao contexto político-econômico do país. De fato, gerações de antropólogos trataram de temáticas relacionadas aos grandes projetos ao longo dos anos e nos deixaram um legado, verdadeiro acúmulo de conhecimento acerca das consequências desses projetos para os modos de vida dos grupos afetados e seus ambientes de vida. Por ocasião da celebração dos 60 anos da ABA, em agosto de 2015, sem a pretensão de um levantamento exaustivo, e ainda correndo o risco de esquecimentos imperdoáveis, recordei especialmente os trabalhos de Lygia Sigaud e Silvio Coelho, assim como as pesquisas de Aurelio Vianna, Parry Scott, Stephen Baines, Sonia Magalhães, Gustavo Lins Ribeiro, enfim, alguns dos antropólogos que fizeram contribuições relevantes para o tema das hidrelétricas e seus impactos, pelo menos desde os anos 1980.<sup>18</sup> Na ocasião, lembrei igualmente as contribuições de Mauro Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Neide Esterci, Henyo Barreto, Paul Little, entre outros que tiveram papel relevante para a discussão sobre sociobiodiversidade, sustentabilidade e conhecimentos tradicionais.

Ainda que de forma sintética, e certamente incompleta, o que busquei fazer foi sublinhar a existência de certa tradição dentro da associação envolvendo reflexões acadêmicas e atuações na esfera pública relacionadas ao tema dos grandes projetos, do meio ambiente e das comunidades tradicionais, embora o comitê com essa configuração tenha sido criado somente em 2011, durante a gestão de Bela Feldman-Bianco, quando a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já tinha evidenciado o retorno das grandes obras, sobretudo as hidrelétricas da Amazônia, para o centro do projeto de crescimento econômico do país.

De fato, nos anos que antecederam a criação do Comitê *Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos* pela ABA, uma rede de pesquisadores já vinha tratando sistematicamente o tema do desenvolvimento e do meio ambiente em diferentes eventos acadêmicos. Além dos já mencionados GTs e mesas redondas no contexto da RBA e da ANPOCS, refiro-me, em especial, aos encontros da Rede Ciências Sociais e Barragens, ocorridos nos anos 2005, 2007 e 2010, todos com participação significativa de antropólogos. Recordo que em 2010, no encontro de

---

<sup>18</sup> Apresentei o texto “Desenvolvimento *fast track*: desafios para os antropólogos” na Sessão IV - Quilombos, Povos Tradicionais e Territórios: Estado, desenvolvimento e reprodução Social da Diferença, do Seminário 60+ ABA, Universidade de Brasília, 20 de agosto de 2015.

Belém, Sonia Magalhães (UFPA) e eu conversávamos com Gustavo Lins Ribeiro (UnB e ex-presidente da ABA) sobre a necessidade de um espaço específico dentro da ABA para reflexão e atuação sobre os grandes projetos. Em seguida, por ocasião da minha inserção como membro da diretoria da Associação (gestão 2011-2012), e contando com as valorosas experiências de Sônia Magalhães (UFPA) e de Henyo Barreto (UnB), essa proposta foi apresentada para a presidente Bela Feldman-Bianco que a acolheu de imediato. É importante registrar que o Comitê teve um trabalho muito intenso nos dois primeiros anos de sua criação, em função do licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte à época, uma obra paradigmática em vários sentidos, sobretudo no que diz respeito à proposta de desenvolvimento que se desenhava para o país, incluindo obviamente as suas consequências, mormente no que diz respeito a violações de direitos humanos, o que fora denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outras esferas em nível nacional.

Com efeito, o Comitê esteve envolvido em diversas situações, eventos, processos e iniciativas com referência a Belo Monte, a começar pelo seminário “A hidrelétrica de Belo Monte e a questão indígena”, ocorrido na Universidade de Brasília, em setembro de 2011. À época, inúmeras gestões foram feitas pela ABA junto ao Palácio do Planalto e ao Congresso Nacional. Entre tantas iniciativas, a ABA foi responsável pela articulação de um posicionamento público sobre Belo Monte envolvendo mais de vinte sociedades científicas naquele momento, a despeito de uma diversidade de posições dentro da própria associação e entre as diferentes associações. De modo que, se toda essa movimentação não surtiu o efeito esperado - o licenciamento da obra prosseguiu, violando direitos humanos -, tal fato ocorreu menos em função de uma omissão dos antropólogos, mas em decorrência das próprias forças políticas hegemônicas constitutivas do Estado brasileiro e sua crença inarredável no desenvolvimento via grandes obras.

#### 4.1.1 - Desenvolvimento e a prática da Antropologia

De fato, o credo desenvolvimentista permanece firmemente incrustado na forma de pensar o presente e o futuro da nação, de modo que os desafios atuais e futuros para o trabalho científico dos antropólogos permanecem e se avolumam. A agenda dos antropólogos que trabalham com os grupos afetados por projetos de

desenvolvimento, sobretudo no âmbito da ABA, é invariavelmente subsumida pelas dinâmicas e processos gerados externamente, ou seja, pelas reviravoltas dos planos econômicos e políticos do Estado brasileiro, o que gera inúmeros desafios para a prática acadêmica e profissional, conforme analisados em Zhouri e Oliveira (2013). Participei ativamente das discussões sobre esses desafios no âmbito do Fórum Permanente de Reflexões sobre Desenvolvimento, criado pela ABA em interação com o IPEA,<sup>19</sup> bem como na oficina da ABA para elaboração do *Protocolo de Brasília/Laudos Antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*, em agosto de 2015.<sup>20</sup>

Com efeito, as decisões sobre a realização das grandes obras são tomadas a partir de um planejamento econômico que é centralizado e abstrato. O debate público, ainda que de forma tímida e tardia, está previsto apenas para a etapa do licenciamento ambiental, instância também de referência para a atuação do antropólogo, seja como perito técnico em diferentes agências governamentais (IBAMA, ICMbio, FUNAI, IPHAN), seja no Ministério Público, nas empresas de consultoria, nas universidades, etc (ZHOURI e OLIVEIRA 2013).

Atualmente, a revisão do licenciamento ambiental com a finalidade de sua simplificação permeia as diferentes propostas da agenda política (veja tramitação do PL 654/2015 no Senado Federal e a aprovação da lei 2.946/2015 em Minas Gerais). Nota-se que essa simplificação vem sendo debatida e defendida por instâncias interessadas na aprovação das obras há algum tempo. Elaborado a partir de um paradigma de governança ambiental instaurado desde os anos 1970 e 1980, o sistema de licenciamento ambiental é criticado por empresários e setores do estado que o consideram um atraso ao desenvolvimento (moroso, excessivamente burocrático, etc). Grupos sociais e ambientalistas o consideram ineficiente do ponto de vista da avaliação efetiva dos impactos socioambientais dos empreendimentos possivelmente degradadores do ambiente. Algumas portarias interministeriais, que tratam do licenciamento, são exemplo dessas investidas. A Portaria Interministerial 419 de 2011, substituída pela 60/2015, define prazos cada vez mais exíguos para avaliação de relatórios ambientais e pronunciamento de órgãos nos quais os antropólogos atuam. Então, estamos diante de mudanças normativas frequentes, rápidas e sequenciais, ao sabor do clima político e econômico, o que acaba também

---

<sup>19</sup> Consultar Feldman Bianco et al : "O tema do desenvolvimento na antropologia brasileira: diálogo com antropólogos" In: Aristides (org) *Desenvolvimento das Ciências Sociais: o estado das artes*, IPEA, 2013.

<sup>20</sup> <http://www.portal.abant.org.br/index.php/bibliotecas/livros>, acesso em 10. de agosto de 2016.

por instaurar uma zona cinzenta de insegurança e incerteza em que o antropólogo deve operar.

Fato é que o licenciamento tem sido um sistema amigável em relação aos projetos que interferem de modo irreversível no ambiente. Medidas mitigadoras e compensatórias, em geral, substituem avaliações de viabilidade socioambiental e permitem a continuidade dos projetos por meio de mecanismos “adequadores”, ou seja, mecanismos higienizadores e legalizadores gerados no âmbito do próprio licenciamento em curso, por meio de certos ajustes *had doc*, caso-a-caso (ZHOURI, 2014a). Adicionalmente, as análises da realidade social afetada por um projeto, em específico, baseiam-se nas necessidades do próprio empreendimento, ou seja, são elaboradas na perspectiva da própria obra, como por exemplo, no caso das áreas consideradas atingidas por uma mina ou uma barragem. Essas são adstritas aos espaços a serem efetivamente inundados pelo reservatório daquela obra. Então, a população dita atingida é considerada como aquela que vive na área de alagamento basicamente. Os estudos ambientais (EIA-RIMA) dificilmente consideram as realidades dos *lugares* (ESCOBAR, 1995; 2001), quer dizer, a organização social de base comunitária e seus espaços de viver. E isso tem implicações diretas para o entendimento e a conceituação acerca de quem é o atingido.

A definição do universo dos atingidos depende, em geral, de um planejamento abstrato e orçamentário estabelecido pelas políticas do Estado e das empresas, conforme antropólogos tem apontado desde os anos 1980, a exemplo de Lygia Sigaud, Aurelio Vianna, Silvio Coelho, entre outros.

Que desafios essa perspectiva coloca para os antropólogos? Ora, se o desenvolvimento pode ser compreendido como um projeto de governo característico do Estado moderno, conforme abordado no item 3.1.3, quer dizer, como um esforço para produção de sujeitos governáveis, então a população se apresenta como categoria primordial para as ordens de justificativa ao desenvolvimento. As intervenções do Estado para o ordenamento do espaço com as classificações possíveis, legítimas e desejáveis a respeito dos seus usos implica uma capacidade de controle sobre os sujeitos e seus respectivos territórios (SCOTT, 1998). A racionalização e a padronização do tecido social são, portanto, impostos como condições para torna-lo legível e governável (ZHOURI, 2014a e 2014b). Tal processo constitui um dos desafios centrais para a abordagem e a prática da antropologia.

Estamos diante de uma violência simbólica que, por conseguinte, se alinha à violência na prática, uma vez que a flexibilização de normas e procedimentos, juntamente com a ineficiência do monitoramento, ou seja, o jogo da trama entre a ilegalidade e a alegabilidade, frequentemente abrem brechas para a emergência de ações violentas nas localidades. O deslocamento compulsório e o deslocamento *in situ* (FELDMAN et al., 2003) acompanham em geral as violações de direitos humanos, notadamente o direito à informação, à água potável, o direito à moradia, direito de ir e vir, à segurança alimentar, além do próprio direito diferenciado de cidadania, tal como prescreve a Constituição do país.

Em diferentes situações etnográficas analisadas ao longo dos anos, seja no caso das barragens hidrelétricas, dos monocultivos para a produção de biodiesel e a exploração de minério de ferro, os conflitos ambientais tem sublinhado denúncias sobre ilegalidades que demandam crescentes intervenções do Ministério Público. Em face a essa situação, esse último tem adotado cada vez mais a estratégia de mediação de conflito, contando com aportes financeiros e técnicos de instituições internacionais, tais como o Banco Mundial. A observação desse processo faz emergir a seguinte indagação: Qual seria o papel destinado aos antropólogos nesse contexto de acirramento dos conflitos ambientais?

#### 4.1.2 - Limites do consensualismo no campo ambiental

Pesquisas etnográficas envolvendo mesas de mediação/negociação de conflitos ambientais provocados por mineradoras, hidrelétricas e mesmo empreendimentos imobiliários urbanos, têm mostrado alguns deslocamentos de sentidos significativos e preocupantes, como o deslocamento da participação para a negociação, dos direitos para os interesses, dos sujeitos para os indivíduos, da política, enfim, para a economia (ZHOURI, 2015).

O conflito é entendido como uma disputa entre partes (individuais) que tem, cada qual, seus *interesses* específicos. Esta é uma concepção de conflito deslocada de uma compreensão política, quer dizer, do entendimento do conflito como diferença e dissenso (MOUFFE, 1999, RANCIÉRI, 1996), na medida em que os grupos sociais não expressam somente interesses opostos, mas apresentam diferentes posições sociais e com elas, diferentes projetos de sociedade e de meio ambiente.

Ao contrário do jogo da mitigação e da compensação que estrutura o campo ambiental, incluindo também o instrumento jurídico denominado *Termo de Ajustamento de Conduta* (TAC), muitos grupos sociais demandam a possibilidade da autodeterminação em relação aos territórios que eles tradicionalmente ocupam e a revisão dos princípios e procedimentos que coordenam a reorientação espacial das atividades econômicas pelo Estado, de acordo com a Convenção 169 da OIT. Essa demanda implica a politização do debate a partir de uma perspectiva da diferença cultural e das relações de classe, as quais sublinham, de fato, “a questão ambiental”, e outras denominações relevantes para as políticas públicas do meio ambiente, tais como as categorias de impacto e população atingida.

A perspectiva da negociação de conflito intitucionalizada pelo paradigma da adequação ambiental – e disseminada pelo Banco Mundial – repousa em princípios liberais de individualização de sujeitos e igualdade de tratamento, os quais são supostamente assegurados pela universalidade da lei. Entretanto, tais princípios, que são aparentemente democráticos e justos (solução *win-win*), quando aplicados em sociedades estruturadas por diferentes modalidades de desigualdade - isto é, desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais - e por grupos com direitos diferenciados de cidadania (indígenas, quilombolas entre outros), tendem a perpetuar essas condições desiguais, como evidenciado pelas centenas de casos registrados nas diferentes pesquisas de grupos que se reúnem no âmbito da RBA, da REA, da RAM, e demais forums de pesquisa do país e das Américas, assim como as diferentes cartografias de conflitos ambientais e de comunidades tradicionais realizadas ao longo da última década. Enfim, são registros das desigualdades socioambientais em curso no país e no continente latinoamericano que tendem a se agravar com a nova onda extrativista e cujos desafios algumas técnicas de mediação de conflito tentam resolver. Contudo, neste processo, as desigualdades são reproduzidas e perpetuadas, ainda que inadvertidamente. Um dos desafios para as pesquisas antropológicas está em justamente desvelar as categorias do entendimento que acabam por hierarquizar sentidos e sujeitos, replicando formas de dominação pela colonialidade epistêmica e simbólica (MIGNOLO, 2003, 2008; QUIJANO, 2005).

Outros desafios resultam ainda das situações de conflito específicas em que o antropólogo é cada vez mais chamado a participar como mediador. Portanto, necessário se faz uma reflexão crítica que evidencie tanto a forma como os

procedimentos são estruturados neste campo ambiental, como as possibilidades de atuação profissional do antropólogo, resguardadas pelos canones da disciplina.

## **5 - Inserções internacionais**

Ao longo da trajetória acadêmica, a inserção internacional apresentou-se como possibilidade, seja em apresentações no âmbito da Latin American Studies Association (LASA), desde os tempos de estudante de doutorado na UNICAMP (1992 e 1994), seja mais consistentemente durante o doutoramento em Essex/UK (1994-1998). Durante o percurso como docente na UFMG, as apresentações de trabalhos no exterior foram complementadas por interessantes parcerias, uma das primeiras foram as pesquisas envolvendo conflitos em Unidades de Conservação, realizadas entre 2001 e 2004, em cooperação internacional com a GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã. O projeto Doces Matas, como era intitulado, recebeu uma estudante de doutorado da Alemanha que, em contrapartida, contribuiu com duas (02) bolsas de mestrado para que estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia desenvolvessem as suas dissertações no âmbito do referido projeto. Alguns anos mais tarde, em 2007 e 2008, em outra parceria, passei a coordenar, no Brasil, a vertente social da pesquisa Tropi-Dry, concebida por pesquisadores da Universidade de Alberta, no Canadá, e desenvolvida por cinco países na América Latina. A pesquisa visava analisar as políticas de conservação e os conflitos ambientais nas áreas de Mata Seca, com forte incidência no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. O projeto foi desenvolvido em parceria com a UNIMONTES e foi relevante para a pesquisa de uma orientanda de doutorando, docente naquela universidade.

No âmbito da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) participei da criação da *Commission for Anthropology and Environment*, desde a reunião ocorrida em Perth, na Austrália, em 2012. E, mais recentemente, meus interesses pelo extrativismo mineral na América Latina me fizeram engajar em redes latinoamericanas, como a Red Waterlat, que reúne pesquisadores, militantes e sindicalistas atuantes em temas relacionados a água nos países do continente. As reuniões havidas em Manizales (Colômbia, 2014) e Guadalajara (México, 2015), renderam trocas frutíferas, como a publicação no

Cuaderno Waterlat e possibilidades de pesquisas conjuntas com antropólogos do México, sobretudo envolvendo o intercâmbio de estudantes.

Em agosto de 2015, como já dito, organizei na UFMG o I seminário Internacional *Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais*, que teve a participação de pesquisadores da Colômbia, Bolívia, Argentina, Uruguai, Chile, além de brasileiros, que travaram intensas trocas de experiências registradas na coletânea que será publicada em outubro de 2016, pela editora Annablume. Esses intercâmbios têm se desdobrado em convites para participações e parcerias no Chile e na Argentina, a serem concretizados ainda em 2016, a exemplo da participação de Maristela Svampa (Argentina) e Eduardo Restrepo (Colômbia) no Simpósio Especial sobre mineração, ocorrido na 30a. RBA, em João Pessoa, 3-6 de agosto de 2016.

Duas experiências recentes foram particularmente proveitosas. Em dezembro de 2014, fui bolsista *fellow* no projeto DesiguAldades.Net, uma parceria entre o Instituto Latinoamericano da FU-Berlin e o Instituto Iberoamericano de Berlin.<sup>21</sup> A estadia de um mês no referido projeto possibilitou a divulgação de pesquisas realizadas no Brasil, bem como o acesso às pesquisas desenvolvidas por demais *fellows* e estudantes do projeto. Um desdobramento foi a vinda de Sergio Costa, professor do Instituto Latinoamericano da FU-Berlin, e um dos coordenadores do projeto DesiguAldades.Net, para uma conferência na UFMG, em agosto de 2015. Outro resultado foi uma publicação sobre o Mapa dos Conflitos Ambientais e a mineração em Conceição do Mato Dentro na série Working Papers do projeto<sup>22</sup>.

Em dezembro de 2015 fui convidada por Dieter Gawora, professor da Universidade de Kassel, Alemanha, para uma palestra sobre o desastre da Samarco naquela universidade, além de participação em banca de qualificação de sua orientanda de doutorado. Tais contatos abriram portas e alimentam planos futuros para a realização de um Estágio Sênior nas duas instituições, possivelmente a ser concretizado em 2017, momento em que o tema do controle social em processos de licenciamento ambiental na Alemanha merecerão minha atenção.

---

<sup>21</sup> Consultar <http://www.desigualdades.net/>, acesso em 21 de julho de 2016.

<sup>22</sup> Consultar [http://www.desigualdades.net/Resources/Working\\_Paper/WP-Zhouri-Online.pdf](http://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/WP-Zhouri-Online.pdf), acesso em 21 de julho de 2016.

## 6 - Para finalizar

*“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.”*

Guimarães Rosa

*Tempo Zará, Tempo Zará Tempô  
Tem Tempo pra Trabalhar, tem Tempo pra descansar,  
Tempo Zará, Tempo Zará Tempô*

Tempo - Candomblé Nação Angola

Chegado o momento de finalizar, me dou conta de que muitas coisas ficaram “esquecidas”: participações em bancas de concurso para professor em outras universidades, atuação como parecerista junto a agências de fomento e periódicos, aulas inaugurais em cursos de graduação e pós-graduação, orientações de pós-doutoramento, prefácios de livros, atividades administrativas atuais, orientações que tive a alegria de concretizar, entre outras honrarias possivelmente registradas no meu Curriculum Lattes.

Neste memorial, busquei enfatizar os tempos de forja e de gesta que marcaram meus quase dezoito (18) anos na UFMG. Segundo o *Dicionário Aurélio*, “forja” significa oficina de ferreiro, mas também trabalho, preparação, imaginação. Estar na forja é estar em preparação. Foram anos de labuta, de um artesanato intelectual intenso. E foram anos de “gesta”, principalmente. Esta palavra, ao mesmo tempo em que remete às narrativas épicas de acontecimentos ou façanhas históricas, contempla igualmente o significado de “dar origem a”, ou seja, fazer brotar e crescer dentro de si, criar. Neste sentido, penso que me criei professora, orientadora, pesquisadora, assessora, companheira de lutas, escritora, colega, intelectual e militante, enfim, pelas incontáveis vivências experienciadas ao longo dos anos na UFMG. As experiências acumuladas me revelaram que a conexão da extensão com a pesquisa apresenta enormes potencialidades no que se refere à articulação da produção do conhecimento com a transformação social. Destaco o aprendizado recíproco entre professores e alunos de várias faculdades, comunidades locais, órgãos ambientais, instâncias políticas de decisão, bem como movimentos sociais. Na perspectiva aqui apresentada, os projetos de pesquisa/extensão, assim como as matérias criadas e lecionadas, representam um esforço empreendido para se forjar

uma maior transversalidade entre saberes acadêmicos e não acadêmicos dispersos pela sociedade, assim como gestar caminhos para a democratização, não apenas da universidade pública, mas também do acesso à natureza e ao meio ambiente, rumo a futuros de justiça ambiental e do bem viver.

Na esfera da produção do conhecimento, creio ter contribuído para a consolidação de um campo de estudos sobre desenvolvimento e conflitos ambientais nas ciências sociais brasileiras, desde o início dos anos 2000. Na primeira década de atuação na UFMG, tomei como tarefa de pesquisa as análises sobre o licenciamento ambiental de grandes obras, sobretudo as hidrelétricas. Evidenciamos, como GESTA, a consagração do “Paradigma da Adequação Ambiental”, questionando as medidas mitigadoras e compensatórias como formas reais de reparação de danos e política de sustentabilidade. Questionamos as falácias do discurso técnico e da participação, ao etnografarmos as formas políticas oligárquicas de tomada de decisão ambiental em Minas Gerais. Com o tema das hidrelétricas, também contribuimos com aportes teóricos e etnográficos para o questionamento do modelo energético brasileiro, centrado majoritariamente na geração de energia hídrica. Da perspectiva mineira, insistimos na desconstrução do mito das hidrelétricas como fonte de energia limpa e renovável, revelando os danos dos deslocamentos compulsórios e o ônus pago pelas comunidades rurais atingidas. Igualmente relevante foi demonstrar, inclusive para outros pesquisadores e movimentos ambientalistas, que as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), de fato, não causam necessariamente “menos impactos” comparativamente às grandes barragens. Insistimos que o problema não residia no tamanho das obras, mas na forma de apropriação do espaço para fins de geração de uma energia, a ser destinada aos grandes consumidores empresariais do setor siderúrgico-mineral. Salientamos a necessidade da análise de contexto (etnográfico) para o estabelecimento de comparações, e fizemos reverberar na academia o tema das desigualdades e das injustiças ambientais.

Creio termos avançado na conceituação de conflitos ambientais e na crítica ao desenvolvimento. Embora a linguagem dos “impactos” e “problemas” permaneça hegemônica, como modo de aferição “objetiva” da realidade, tensões provocadas pelos debates acadêmicos na esfera pública têm revelado certas apropriações por parte de setores empresariais e governamentais. Esses, numa disputa simbólica e política, não mais negam a existência de conflitos, mas empregam essa categoria a

fim de, pelo reconhecimento de situações concretas, apresentarem saídas “pacificadoras”, nem sempre justas do ponto de vista socioambiental.

No campo da geopolítica do conhecimento, desafios persistentes têm sido, de um lado, suplantar a invisibilidade estabelecida pela posição de gênero, que teima em reproduzir a divisão do conhecimento entre teoria e empiria, relegando à mulher (e, de certa forma, à antropologia) a posição de mera produtora de dados (etnográficos). O mesmo pode ser dito a propósito de certo regionalismo provinciano, que reitera divisões coloniais, tais como aquela entre centro e periferia, em que à periferia se destina igualmente o lugar da provisão dos dados etnográficos a serem teorizados pelos homens dos “grandes centros” acadêmicos do país e/ou do mundo.

Na extensão, me expus a batalhas e lutei ao lado dos atingidos. Muito me honra algumas conquistas compartilhadas: as barragens de Aiuruoca e Murta ainda não se concretizaram, o que significa que um pedaço da Mata Atlântica continua preservado no rio Aiuruoca, Sul de Minas, e as comunidades do Jequitinhonha, no noroeste do estado, ameaçadas pela UHE Murta, ainda mantêm seus espaços de viver. Em diversos casos do Observatório dos Conflitos Ambientais, conquistas foram celebradas, como aquela dos moradores do bairro Camargos, que após seis anos de resistência, conseguiram retirar a empresa incineradora do bairro. A luta continua para o reconhecimento e a reparação dos danos à saúde, causados pela atividade contaminadora. Ainda na cidade de Belo Horizonte, me junto aos aguerridos moradores do bairro Planalto, que há anos lutam pela preservação da Mata do Planalto frente à especulação imobiliária, que insiste em transformar uma das poucas manchas verdes da cidade em arranha-céus para moradores de alta renda. No tema da mineração, me solidarizo com a resistência ao mineroduto Minas-Rio, projeto que, embora tenha conseguido licenças para operar, continua a revelar a truculência da “parceria” das empresas com o Estado. Uma vitória neste processo foi, sem dúvidas, o reconhecimento de um universo vinte vezes maior de atingidos em relação àquele apontado inicialmente pelo EIA-RIMA. A luta continua e o aprendizado da resistência também. Moradores localizados a pouco mais de 500 metros da barragem de rejeitos, em Conceição do Mato Dentro, insistem em serem reassentados para fora da área de risco da barragem. No caso do desastre de Mariana, das discussões conceituais iniciais, um longo caminho ainda há de ser percorrido para o mínimo restabelecimento da dignidade solapada pela lama.

Enfrentando o debate essencial, posicionamo-nos junto a pesquisadores, organizações da sociedade civil, militantes e atingidos que demandam, com urgência, o estabelecimento de territórios livres da mineração no país.

Enfim, foram anos de intensos experimentos e aprendizados. Então, que os agradecimentos venham afinal, como palavras definitivas a serem preservadas. Sou grata aos alunos que me fizeram professora ao longo de todos esses anos de UFMG. Impossível nomear as centenas deles. Das primeiras às últimas gerações agradeço a todos em nome de Ângela Paiva, Marcos Zucarelli, Raquel Oliveira, parceiros de princípio e com quem compartilhei publicações, aflições, esperanças e alegrias. Tenho a felicidade de poder ainda dividir com Raquel e Marcos as labutas diárias desta vida de GESTA e, com Raquel, em especial, atualmente professora do Departamento de Sociologia da UFMG, as possibilidades concretas para continuidades e inovações do trabalho iniciado. Na geração seguinte, Max Vasconcelos, Luana Dias Motta, Vanessa Samora, Lais Jabace, entre outros, deram sequência e sustentação ao GESTA. Marcia Capanema, Anabelle Lages e Vinicius Papatella, mais do que orientandos, foram tenazes advogados que desceram do salto, nos dizeres de Márcia, para gestarem caminhos para a justiça ambiental. Felipe, Jane, Lívia, Marinas, Laura, Elias, Mateus, Daya, Manuela, Rodrigo, Clarissa, Gabriel, Bruno, Hanna, Fernanda, Lúnia, Maryellen, Thomas... em nome de vocês agradeço a toda/os que me proporcionaram o exercício do ofício, o aconchego do convívio em meio a tema tão árido e dias difíceis. Como disse certa vez Bruno, ao se referir à rotina do grupo: *uma coisa é certa, aqui no GESTA não tem monotonia*.

Sou grata aos amigos do Jequitinhonha, atingidos pela barragem de Murta, que abriram suas casas e suas vidas, compartilharam sonhos e lutas e me forjaram pesquisadora, assessora e guerreira: José Antonio, Seu Prudêncio, Nêgo e Ednei. Jamais me esquecerei da doçura de Fatinha, da acolhida de Milton, da simpatia do casal Ná e Zé Pequeno, da bravura de Dario e Zé Loyola e das gêmeas Maria José e Graça, da Mutuca de Cima. Em nome desses agradeço a todos cujos nomes não caberiam nos limites desta escrita. Com vocês eu aprendi o que é uma barragem, o que ela provoca na vida das pessoas e das comunidades, como o Estado e as empresas geralmente atuam e como se deve lutar para manter a dignidade da existência.

Em Belo Horizonte, diferentes interações contribuíram para meus conhecimentos sobre o campo ambiental, a antropologia do licenciamento e do

Estado. Sou grata à Dalva e à Tereza, sábias guerreiras do bairro Camargos, assim como Magali, Margareth e Eugênea, exemplos de perseverança na luta para preservação da Mata do Planalto. Das pesquisas sobre mineração, guardo os aprendizados com Patricia, Teca, Junior e Elias. Com Patricia e Teca tive a alegria de escrever um dos capítulos do livro *Mineração na América do Sul*, e por elas fui identificada como “uma pesquisadora com sangue nas veias”. Me reconheci na definição, já bradamos e choramos juntas. Devo mencionar alguns movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a CPT dos incansáveis Frei Gilvander e Pe. Claret, as diferentes organizações do GT Energia do FBOMS e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Ao feliz encontro com Jean Pierre Leroy, uma inspiração, assim como aqueles amigos que se foram, Glenn Switkes e Oswaldo Arsenio Sevá Filho.

Agradeço aos colegas e funcionários da UFMG, em especial à Ana Flávia, por compartilhar temas, reflexões e sentimentos. À Cirene, Marlete, Aninha e Ângela, secretárias que fazem os cursos e departamentos funcionarem. Às agências de fomento CAPES, CNPq e FAPEMIG que, com seus editais públicos, me confiaram a possibilidade de realizar todas as pesquisas enquanto docente de uma universidade pública, com a autonomia necessária para o pensamento e a ação. Aos meus pais, Odette e Moukhaiber, devo a generosidade que me permitiu voar e os princípios éticos, jamais disponíveis nos manuais científicos. Ao Klemens e à Luisa, presentes amores: dádiva, tempo e companheirismo. Espero ter honrado os investimentos materiais e afetivos.

## 7 - Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver*. São Paulo, Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Henri Acselrad (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumarã, 2004a.

ACSELRAD, H. A critica do “ambiente” e o ambiente da crítica. In; *Anthropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 36, 2014.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 1991.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. *Theory, Culture and Society*, London: Sage, 1990, Vol. 7, pp. 295-310

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: editora Teorema. 2004.

- AUYERO, J. & SWISTUN, D. *Flammable: environmental suffering in an Argentine shantytown*. New York: Oxford University Press, 2009.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BLOWERS, A. 'Environmental policy: ecological modernization or the risk society', *Urban Studies*, 34, 1987, 845–71.
- BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Conflito. In. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 225-230.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean Claude. *Le métier de sociologue*. Paris, Mouton, 1983.
- BULLARD, R. D. Solid waste sites and the black Houston community. *Sociological Inquiry* 53, 1983, p. 273–228.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. "Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento Sustentável". In ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. Delhi, Oxford University Press. 1995.
- DAS, V; KLEINMAN, A. & LOCK, M. Introduction. In. *Daedalus*. Special Issue on Social Suffering, vol. 125, n. 1, 1996, pp. XI-XX.
- DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. *Risk and culture – and essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: *Political Geography* 20 (2001) 139–174.
- FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Moving Targets: displacement, impoverishment and development. In. *International Social Science Journal*, v. 55, 175, 2003, pp. 7-13.
- FELDMAN-BIANCO, B, Introdução, FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. São Paulo, UNESP, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In M. Foucault. *A Mirofísica do Poder*, São Paulo: Graal, 1986.
- GIFFONI, Raquel. A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. In *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 36, 2014
- GUHA, R.; MARTINEZ-ALIER, J. *Varieties of Environmentalism*. London: Earthscan, 1997.

GUPTA, Akhil and FERGUSON, James. Beyond "Culture". Space, Identity and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, Vol. 7, No. 1, February 1992.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In: McDOWELL, Linda & SHARP, Joanne (eds.) *Space, Gender, Knowledge: feminist readings*. London, New York, Sydney, Auckland: Arnold, 1997, pp.53-72.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

IFC – International Finance Corporations. IFC Performance Standards on Environmental and Social Sustainability. January, 2012.

LI, Tania Murray. Compromising Power: development, culture and rule in Indonesia. In: *Cultural Anthropology*, 14(3), 1999, pp. 295-322.

LOPES, José Sergio Leite, ANTONAZ, Diana e SILVA, Glaucia (orgs.). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

MIGNOLO, Walter. "Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. IN: ". In: Boaventura Sousa Santos (org) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, W. Do artesanato intelectual. In: *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. *Debate Feminista. Edição Especial*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1999.

O'CONNOR, James. Capitalism, Nature and Socialism: a Theoretical Introduction. In: *Capitalism, Nature, Socialism*, 1 (1): 11-38, 1988.

OKELY, Judith. *Own and other culture*. London and New York: Routledge, 1996.

OLIVEIRA, R.C.O Tempo e Tradição: interpretando a antropologia. In: *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

OLIVEIRA, R.C. O. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*. USP, 1996, vol. 39, no. 1.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: *Cadernos do LEME, Campina Grande*, vol. 1 (1), 2009, pp.2-27.

OLIVER-SMITH, A. Anthropological Research on Hazards and Disasters. In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 25, 1996, pp. 303-328.

OLIVER-SMITH, A. Theorizing disaster: nature, power and culture. IN: HOFFMANN, S. M.; OLIVER-SMITH, A. (Eds). *Catastrophe and culture: the anthropology of disasters*. Santa Fé: School of American Research Press, 2002.

OPSCHOOR, J. B; TURNER, R. K. *Economic incentives and environmental policies*. Dordrecht: Kluwer Academic, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.2, no.3, 1989, pp.3-15.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: M. Ferreira e Janaina Amado (orgs) *Usos e Absusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 103-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: N. Bignoto and A. Novaes (eds), *A Crise da Razão*, São Paulo: Cia das Letras, 1996, pp. 367–82, 199.

SACHS, W. *Globalización y Sustentabilidad*. World Summit Papers of the Heinrich-Böll Foundation. n. 6, Berlim, Agosto de 2001.

SAID, Edward. *Orientalism*. Western conceptions of the orient. London: Pinguin Books, 1995 [1978].

SANTOS, Silvio. C. & NACKLE, A. 1988. Povos Indígenas e Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8 (3): 71-83.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State: how certain schemes to improve human condition have failed*. Yale University Press, 1998.

SEGEN, J. C. *Technological Disaster*. McGraw-Hill Concise Dictionary of Modern Medicine, 2002. Disponível em: <http://medical-dictionary.thefreedictionary.com/technological+disaster> Acesso em: 10 Abr. 2016

SIGAUD, Lygia, MARTINS-COSTA, Ana Luiza & DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e Concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. In. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 214-290, Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. *Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. São Paulo: Vozes, 1992.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, USP, no. 5, junho de 2002. pp.9-28.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010.

VALENCIO, N. *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Ed. Appris (Coleção Ciências Sociais), 2012.

VIANNA, Aurélio. 'Estado e Meio Ambiente: a implantação de hidrelétricas e o RIMA'. *Revista Tempo e Presença*. CEDI, 1989, 243 (11):12-14.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável". In Hogan, Daniel e Vieira, Paulo Freire (orgs) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. E. *Our Ecological Footprint: reducing Human Impact on the Earth*. Gabrola Island, 1996.

ZHOURI, A. *Trees and people: an anthropology of British campaigners for the Amazon Rainforest*. PhD Thesis – Department of Sociology, University of Essex, 1998.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. M. T. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, v. 1, p. 89-116

ZHOURI, A. Diversidade cultural, Justiça Ambiental e *accountability*: desafios para a governança ambiental. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2008.

ZHOURI, A e ROTHMAN, F. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In Franklin Rothman (org.) *Vidas Alagadas. Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: editora da UFV, 2008.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010, p.11-31.

ZHOURI, A. *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais*. 1ed. Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa. Belo Monte. Crise do sistema ambiental e da democracia. In Andréa Zhouri (org.) *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil. Desafios para a antropologia e os antropólogos. In Bela Feldman-Bianco (org.). *Desafios da antropologia brasileira*. Brasília, ABA, 2013.

ZHOURI, Andréa. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In Andréa Zhouri e Norma Valencio (orgs). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014a.

ZHOURI, Andréa. Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil In: WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers Thematic Area Series, TA2 Water and Megaprojects – Vol. 2 No 2 , 2014b.

ZHOURI, Andréa. Mapping Environmental Inequalities in Brazil: mining, environmental conflicts and impasses of mediation. Working Papers Series 75. Berlin: DesiguAldades.net. International Research Network on Interdependence Inequalities in Latin America, 2014c.

ZHOURI, Andréa. From 'participation' to 'negotiation': suppressing dissent in environmental conflict resolution in Brazil. In: Raymond Bryant (ed.) *International Handbook of Political Ecology*. London: Elgar Publishers, 2015.

ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo, Annablume, no prelo.

## **ANEXOS**

### **Anexo I**

#### **CARTA DE GUARACIABA**

Representantes dos atingidos por barragens em Minas Gerais e seus assessores, reunidos em Guaraciaba, nos dias 16 e 17 de novembro de 2002, discutiram a política energética do País e de Minas, sobretudo no que tange aos problemas, dilemas e direitos afetos à população ameaçada e atingida por projetos hidrelétricos no estado. Nesta carta, trazem a público suas preocupações e posições sobre o processo de licenciamento de barragens, esperando dos novos governantes, em nível estadual e federal, medidas no sentido de resolução dos problemas e a implementação de políticas públicas verdadeiramente sustentáveis em seus aspectos sociais e ambientais.

#### **Os mitos das hidrelétricas**

##### **Mito 1: Hidrelétricas são uma fonte de energia renovável**

As hidrelétricas, muitas vezes, são consideradas fontes de energia renovável. Entretanto, sabe-se que as barragens têm uma vida útil reduzida, mas freqüentemente superestimada. As causas que limitam seu funcionamento são: o envelhecimento das máquinas e da própria barragem, a eutrofização, a poluição do reservatório, o assoreamento, entre outros. Além disso, a área inundada fica permanentemente comprometida, impossibilitando seu uso para outros fins, causando, desta forma, problemas sociais e ambientais irreversíveis. Assim, as hidrelétricas não podem ser consideradas, genericamente, uma fonte de energia renovável ou uma contribuição para o "desenvolvimento sustentável". Cada projeto deve ser avaliado no contexto social e ecológico da região onde será implantado.

##### **Mito 2: Barragens são baratas em comparação com outras fontes de energia**

A maioria dos projetos não incorpora, em seus custos finais, os danos sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos. As indenizações e programas

diversos de mitigação e compensação desconsideram os modos de vida e padrões culturais das comunidades ameaçadas. Além disso, os relativamente baixos custos das barragens no Brasil resultam de uma política de subvenções e não de um mercado livre de energia. Os subsídios e financiamentos oferecidos pelo Estado dispensam investimentos maiores por parte das empresas e tornam possíveis os empreendimentos que, em sua concepção, eram economicamente inviáveis.

### **Mito 3: Pequenas hidrelétricas são uma alternativa ambientalmente viável às grandes barragens**

As chamadas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) têm causado danos enormes. Diversas empresa privadas, particularmente, vêm se aproveitando dessa modalidade de empreendimento para aumentar seus lucros, provocando prejuízos ambientais, sociais e culturais de caráter irreversível. Com efeito, as PCHs não vêm sendo alternativa às grandes barragens; ao contrário, exercem muitas vezes a função complementar, uma vez que são destinadas ao consumo durante o horário de pico. Neste caso, existe um agravante a mais, porque a mudança no regime fluvial com alterações diárias de vazão influencia em longos trechos do rio a jusante da barragem. Isto afeta diretamente a população ribeirinha, além de provocar impactos significativos nas áreas de várzeas que são ecologicamente sensíveis. Outra questão importante são os efeitos cumulativos da implantação de várias PCHs numa mesma bacia hidrográfica. Por exemplo, na região de Ponte Nova, em Minas Gerais (Alto Rio Doce), a concentração das chamadas PCHs afeta diretamente a vida de mais de 2000 famílias. Com a construção dessas barragens, toda a bacia será completamente alterada, causando enormes impactos sociais e ecológicos. Mais importante do que perguntar pelo tamanho da barragem ou onde está localizada é saber para quê e a quem ela serve. Enquanto a concepção e operação de qualquer hidrelétrica não estiverem na lógica do desenvolvimento sustentável, ela continuará com seu caráter danoso e perverso.

### **Mito 4: O Brasil precisa de novas hidrelétricas para enfrentar as crises energéticas no futuro**

A última crise energética no Brasil foi causada pela escassez de água nos reservatórios. A construção de novas barragens pode agravar ainda mais esse quadro, tornando o país cada vez mais dependente da energia de fonte hidráulica.

Por outro lado, existem várias propostas para a diversificação da matriz energética baseadas na energia eólica, solar e da biomassa (ex. bagaço da cana), que precisam de maiores investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação, a partir de um planejamento complementar, considerando as possibilidades de cada região. O combate ao desperdício de energia é outro fator importante para a implementação de uma política energética sustentável. Em vez da geração de energia, uma política moderna deve visar a gestão de energia.

### **Mito 5: Hidrelétricas são necessárias para o desenvolvimento e a geração de empregos**

Os empregos gerados pela implantação de hidrelétricas são temporários, sendo restritos ao curto período de construção. Nessa medida, demandam apenas número limitado de trabalhadores, geralmente contratados fora da localidade. Após esta fase, não há perspectiva de geração de postos de trabalho para as comunidades locais, devido à exigência de uma maior especialização técnica. Por isso, a população ao redor das hidrelétricas raramente é beneficiada com o empreendimento. Uma análise mais ampla e profunda mostraria que os efeitos das hidrelétricas para o "mercado de trabalho" são negativos, já que a maioria delas produz energia elétrica para máquinas, substituindo cada vez mais o emprego de trabalhadores. Assim, a política de construção de barragens no Brasil faz parte de um conceito de desenvolvimento que a longo prazo gera desemprego estrutural. No Brasil, a situação é ainda mais grave, porque a exclusão social nas zonas rurais e a racionalização na indústria, assim como na agricultura, acontecem simultaneamente. Dessa forma, aumenta o número dos "sem terras" e o êxodo rural é acelerado, agravando os problemas das favelas nas cidades. Um outro modelo de desenvolvimento visa a descentralização e diversificação da geração de energia, para que a população rural possa permanecer em suas terras.

### **Mito 6: Barragens são empreendimentos para uso múltiplo**

Geralmente, as barragens são defendidas sob o argumento de seu uso múltiplo, para finalidades de lazer, irrigação, dentre outros. Fato é que, freqüentemente, os aspectos técnicos, a legislação ambiental e os riscos para o funcionamento das barragens através do assoreamento, da eutrofização e da poluição, impedem o uso múltiplo dos reservatórios. Alterações na qualidade da

água provocadas pela construção dos reservatórios impedem seu aproveitamento para usos domésticos ou irrigação. Além disso, as hidrelétricas destroem outros potenciais paisagísticos e cênicos existentes, como remanescentes florestais e cachoeiras, cada vez mais raras, mas muito procuradas por turistas e por moradores locais. É importante ressaltar que a construção de hidrelétricas envolve a mobilização e exploração de recursos naturais e territórios para uma finalidade única: a produção de eletricidade. Assim, em vez de oferecer novas fontes de renda e possibilidades de aproveitamento, a construção de hidrelétricas não possibilita o uso múltiplo da área afetada e um desenvolvimento adequado à localidade.

### **Mito 7: A energia hidrelétrica é de utilidade pública**

Normalmente, a energia é considerada um bem comum no Brasil. Entretanto, com a política de privatização, a energia, antes um bem público, tornou-se mercadoria, cujo acesso é dado segundo as lógicas do mercado. Estima-se, atualmente, que cerca de 5 milhões de domicílios, ou 20 milhões de pessoas, são privadas de eletrificação no Brasil. A energia torna-se, cada vez mais, um bem particular, já que os fornecedores de energia procuram clientes que podem pagar o preço mais alto ou consomem muito, como é o caso da indústria, excluindo, assim, a população carente. Grandes indústrias, como as metalúrgicas e siderúrgicas, estão construindo barragens visando o consumo próprio e não a distribuição para o público. Nesse processo, demais bens comuns são afetados, como, por exemplo, o acesso à água pela população local e áreas protegidas pela legislação ambiental.

### **Problemas no processo de licenciamento e reivindicações dos ameaçados e atingidos**

#### **Resolução das pendências existentes, mesmo após a construção do empreendimento**

Nenhum projeto deve obter a licença ambiental se tecnicamente for inviável. Apesar das solicitações de complementações aos EIA/RIMAS requisitadas pela FEAM ou reivindicadas pelas comunidades atingidas, o COPAM está aprovando projetos tecnicamente inviáveis, desconsiderando a avaliação da FEAM. No caso da UHE Irapé, um contrato de reassentamento somente foi estabelecido através de muita pressão da sociedade civil organizada, após a concessão da licença de

instalação. A UHE Irapé apresentava um total de 47 condicionantes definidas pela FEAM, que recomendou o indeferimento do processo. Mesmo assim, num ato escandaloso, o projeto foi aprovado sem perspectivas concretas de resolução das pendências. No caso da UHE Emboque, apesar de condicionantes definidas pela FEAM, após vários anos, o problema de esgoto ainda não foi totalmente resolvido e continua a prejudicar a vida de muitas famílias.

### **Maior e mais efetiva participação da população**

O processo do licenciamento prevê a participação da população principalmente na Audiência Pública, após a apresentação do EIA/RIMA pelo empreendedor. O prazo de 45 dias para analisar os complexos estudos não é suficiente para a população, mesmo para pessoas com alto nível educacional ou especialistas na área. Assim, a população muitas vezes é surpreendida com o planejamento de uma obra numa etapa avançada do processo, sem possibilidade de avaliar os impactos a serem provocados pelo empreendimento. Além disso, os empreendedores divulgam informações infundadas junto à população local, anunciando falsas expectativas de um "progresso" ilusório capaz de beneficiar a todos (ver mito 5), impossibilitando, assim, uma discussão com fatos objetivos sobre os benefícios e impactos do empreendimento. Também, na maioria dos casos, os EIA/RIMAs são de má qualidade ou incompletos, ou seja, não fornecem as informações necessárias para avaliar a viabilidade ambiental e social dos projetos. Portanto, a Audiência Pública, nesse sistema, funciona somente como um passo burocrático no processo de licenciamento. Na prática atual, a audiência torna-se um instrumento para legitimar o projeto, visando somente a adequação ambiental e social do empreendimento e não uma avaliação e discussão sobre sua viabilidade ambiental. Dessa forma, o processo institucional não oferece espaços para uma participação efetiva das comunidades, que por sua vez são impossibilitadas de empreender uma discussão sobre outras perspectivas de desenvolvimento na região. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens -- CMB (WCD Sumário 2000:19) recomenda novo modelo de tomada de decisões:

\* As necessidades e objetivos de desenvolvimento devem ser formulados com clareza através de um processo aberto e participativo antes de serem identificadas e avaliadas as opções de desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos.

\* Abordagens de planejamento que levam em consideração a gama completa de objetivos de desenvolvimento devem ser usadas para avaliar todas as opções políticas, institucionais, administrativas e técnicas antes de se tomar a decisão de proceder com um determinado programa ou projeto.

\* Os aspectos sociais e ambientais têm a mesma importância que os fatores técnicos, econômicos e financeiros na avaliação das opções.

\* Aumentar a eficácia e a sustentabilidade dos atuais sistemas de água, irrigação e energia deve ser uma prioridade no processo de avaliação de opções.

\* Se uma avaliação abrangente das opções resolver que uma barragem é a escolha preferencial, princípios sociais e ambientais deverão ser aplicados na revisão e seleção das opções durante todas as fases de planejamento detalhado, projeto, construção e operação.

Um passo para melhorar esses problemas pode ser a participação da população na concepção e planejamento do projeto, antes que o EIA/RIMA seja elaborado. A população já deve ser informada por meios adequados sobre o planejamento quando a proposta do projeto é repassada à ANEEL. Também deve ser feito um processo chamado "scoping", em inglês, que prevê a participação das comunidades na elaboração de um plano de trabalho para o EIA/RIMA. Assim, a população pode determinar quais assuntos precisam ser avaliados além de ter melhores chances de acompanhar o planejamento.

### **O COPAM deve justificar suas posições discordantes dos relatórios técnicos e jurídicos da FEAM**

Uma das funções atribuídas à FEAM é a de avaliação ao cumprimento dos requerimentos básicos para o processo de licenciamento, como prevê a legislação. Os pareceres da FEAM representam significativamente a base mínima para que as discussões políticas sobre o projeto possam ser iniciadas. Dessa forma, o COPAM não pode simplesmente desconsiderá-los, sem qualquer justificativa. Por isso, em casos de discordância em relação à avaliação apresentada pela FEAM, os conselheiros do COPAM devem obrigatoriamente justificar seus votos, fundamentando assim as suas posições.

### **O reconhecimento dos direitos e a avaliação dos riscos**

O Brasil assinou convenções internacionais sobre os direitos humanos, que garantem para cada cidadão o direito à alimentação, habitação, emprego, entre outros. Além disso, a legislação brasileira garante direitos individuais para cada cidadão. Estes direitos individuais não podem ser desconsiderados e confundidos com os interesses de empresas no mercado energético. Dessa forma, o cumprimento dos direitos das famílias atingidas não deve ser pauta de negociações, já que estes direitos têm uma importância e valor inquestionáveis, não podendo ser representados em termos de valores monetários. No caso das construções de hidrelétricas que, invariavelmente, necessitam do deslocamento de pessoas, as indenizações são necessárias para que sejam garantidas, minimamente, a manutenção ou melhoria das condições de vida das populações atingidas. Na prática, acontecem negociações em que as empresas procuram uma solução mais barata para si, o que resulta na ameaça à sobrevivência das famílias atingidas. No caso da UHE de Irapé, após muita luta, foi estabelecido um compromisso junto ao Ministério Público (Termo de Ajustamento de Conduta) que pôde servir como base de um procedimento para garantir os direitos dos atingidos. É necessário, contudo, estabelecer regras institucionais para que os direitos dos atingidos possam ser preservados, e não fiquem a mercê de circunstâncias e atitudes voluntárias. O cumprimento dos direitos individuais e coletivos não deve ser tratado como uma bola num jogo de negociações entre "partidos interessados".

Dada a importância das questões envolvendo tais direitos e a natureza e magnitude dos possíveis riscos a todas as partes envolvidas, a CMB propõe que seja desenvolvida uma abordagem baseada no “reconhecimento dos direitos” e “avaliação dos riscos” (particularmente dos direitos que correm risco) e que esta se torne o instrumento que norteará o planejamento e a tomada de decisões no futuro.

### **É preciso desvincular a relação econômica entre empreendedores e consultores contratados para elaborar os EIA/RIMAs**

A má qualidade dos EIA/RIMAs é, muitas vezes, resultado da dependência econômica direta do consultor em relação ao empreendedor e o interesse desse na aprovação do projeto. De fato, em nível nacional, “Geralmente adota-se nos estudos e relatórios o enfoque do fato consumado ... A ampla maioria dos EIAs são

orientados para justificar a implantação do projeto em sua forma original, e não para abrir um processo de negociação ...” (LEIS 1997:237). Assim, os estudos tendem a favorecer a construção dos projetos, ocultando a amplitude dos impactos provocados pelos empreendimentos. Ainda segundo LEIS (idem:238), “Os maiores recursos técnicos das consultoras contratadas responsáveis do empreendimento para fazer os EIAs, assim como os maiores recursos políticos destes últimos, acabam impondo-se na ampla maioria dos casos, frente à fácil manipulação das populações atingidas ....”. Portanto, é necessário estabelecer mecanismos formais para desvincular os consultores da influência direta dos empreendedores, para garantir, assim, uma elaboração mais objetiva dos EIA/RIMAs.

Sugerimos a revogação do artigo 11 da resolução 237 do CONAMA e que este seja substituído pela antiga redação do artigo 7o da Resolução 01/86 do CONAMA.

### **Substituição do modelo de adequação ambiental para um modelo de sustentabilidade**

O atual sistema de avaliação de impactos baseado na proposição de medidas mitigadoras e compensatórias é avesso a uma efetiva discussão acerca da viabilidade social e ambiental dos empreendimentos. Os programas de mitigação implicam, na maioria dos casos, não uma reformulação do projeto, ao contrário, propõem a intervenção sobre o próprio meio a ser afetado, tornando-o adequado à implantação do empreendimento e impossibilitando, assim, uma real revisão do projeto. Nessa medida, o processo de licenciamento que somente considera a mitigação e a proposição de condicionantes é orientado pelo modelo de adequação ambiental que exclui uma efetiva análise sobre a viabilidade ambiental dos empreendimentos pautada pelo paradigma da sustentabilidade.

### **Mudanças na composição do COPAM**

A lógica representativa dos conselheiros no COPAM admite a participação de membros representantes do próprio setor produtivo. São conselheiros que traduzem a visão, anseios e interesses do mercado e que representam segmentos direta ou indiretamente interessados na aprovação de projetos específicos, possibilitando uma prática de auto-licenciamento.

**Assinam,**

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB Alto Rio Doce Pe. Antônio Claret Fernandes – (Tel. 31- 38811019; email atingidos@pontenet.com.br)

Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - Minas Gerais da Universidade Federal de Viçosa - UFV Prof. Dr. Franklin Daniel Rothman ( Tel. 31- 8991320 ou 31- 8992212; email frothman@ufv.br)

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da FAFICH – UFMG Profa. Dra. Andréa Zhouri (Tel. 31- 34996301; email azhouri@fafich.ufmg.br)

Comissão Pastoral da Terra – CPT / Campo das Vertentes Sônia Maria de Oliveira Loschi (Tel. 32- 33310183)

Campo Vale Dr. Richarles Rios (Tel. 33-37641388; email campo@uai.com.br)

Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB Sr. Paulo Viana

## Anexo II

### Grade do Curso de Ciências Socioambientais

							<b>CARGA HORÁRIA</b>
1º	Cultura e Ambiente	Economia e Ecologia	Fundamentos em Ecologia	História e ambiente	Introdução às Ciências Socioambientais	Teoria das Ciências	300
2º	Fundamentos de Análise Sociológica	História da Ciência e da Técnica	Introdução à Demografia	Métodos Quantitativos	Carga Optativa		300
3º	Espaço Agrário no Brasil	Conservação da Biodiversidade	Saneamento ambiental	Territorialidades e povos tradicionais	Carga Optativa		300
4º	Ecologia política e Justiça ambiental	Métodos Qualitativos	Introdução à Geodiversidade	APIC A	Carga Optativa		300
5º	Análise socioambiental	Epidemiologia e Sociedade	Urbanização e dinâmica urbana	APIC B	Carga Optativa		300
6º	Agroecologia	Relações Internacionais e Meio Ambiente	Estágio Curricular	Carga Optativa			300
7º	Seminários	Trabalho de Conclusão de Curso 1	Carga Optativa				300
8º	Trabalho de Conclusão de Curso 2	Carga Optativa					300
						<b>Carga horária Total</b>	<b>2400</b>

## Anexo III

### Eu vi o horror e vos acuso!

*É meu dever: não quero ser cúmplice. Todas as noites eu veria o espectro do inocente que expia cruelmente torturado, um crime que não cometeu. Por isso me dirijo a vós gritando a verdade com toda a força da minha rebelião de homem honrado. Estou convencido de que ignorais o que ocorre. Mas a quem denunciar as infâmias desta turba de malfeitores, de verdadeiros culpados, senão ao primeiro magistrado do país?! (...) Antes de tudo, a verdade sobre o processo e a condenação de Dreyfus. (...)*  
(Emile Zola, Eu acuso. O Processo do Capitão Dreyfus, 1898)

Eu vi o horror. E não foi no século 19, nas trevas do Congo de Joseph Conrad ou na Amazônia selvagem de Roger Casement. Eu vi o horror em pleno século 21, no dia 29 de setembro de 2014, a uma semana das eleições, em um ginásio poliesportivo em Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

Num ritual macabro de tortura psicológica e emocional que durou aproximadamente 11 horas, a Unidade Colegiada do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, a URC-Jequitinhonha, performou um simulacro de democracia para conceder a Licença de Operação para a criminosa empresa mineradora da África do Sul, a Angloamerican.

Funcionários técnicos da empresa levaram trabalhadores uniformizados que, constantemente atirados pelos mesmos, xingavam seus parentes comunitários, lavradores idosos, homens e mulheres que há muito lutam por seus direitos sistematicamente violados pela empresa com a conivência do governo do estado de Minas Gerais: direito à terra e à água, direito de serem vistos e ouvidos como cidadãos da nação brasileira. Eu vi uma empresa sem compostura, sem dignidade, cruel, covarde e cínica. Eu vi governantes mineiros exatamente da mesma forma. Eu vi conselheiros imorais, subservientes, fantoches. Eu vi técnicos incompetentes e irresponsáveis.

O povo sentado nas arquibancadas, longe da mesa decisória, longe dos olhos dos conselheiros, cercados de policiais fortemente armados que guardavam somente um dos lados da arquibancada, aquele onde estava o povo sofrido, “massacrado”, em suas próprias palavras, pelo projeto Minas-Rio.

Eu vi o coronelismo ainda vivo, a herança latifundiária que massacrou índios e escravos no Brasil colônia e continua a fazê-lo até os dias de hoje, sob o pretexto de representarem a modernidade e o desenvolvimento de Minas Gerais. Lavradores e lavradoras, a maioria composta por afro-descendentes, foram chamados de oportunistas e gente de má-fé. Conselheiros, dentre os poucos que se pronunciaram, anunciaram explicitamente que “**não precisavam fazer o correto**. Eu vi o desmanche das instituições construídas arduamente pela sociedade brasileira. Eu vi o mandonismo, a confiança na impunidade.

Eu vi a alegria sádica dos funcionários técnicos da Angloamerican, que como num ringue de boxe, riam e jogavam palavras de escárnio na cara de homens e mulheres idosas do campo brasileiro que passam por um sofrimento social incalculável. Eu vi

como os pobres, negros e rurais são pisados e humilhados. Mas eu vi esse mesmo povo lutar bravamente, gritar por seus direitos, dizer a verdade na cara do poder. Eu vi a união e a força daqueles que nunca desistem.

Por isso eu acuso.

A insensibilidade e a crueldade da gente branca, rica, letrada e desenvolvida, responsável pelo atraso brasileiro.

Gestores públicos sem honra, sem compostura, sem compromisso, sem responsabilidade.

Por isso eu vos acuso! Aécio Neves, Alberto Pinto Coelho e todo o governo de Minas Gerais.

Eu acuso Alceu Torres, Danilo Vieira, Rodrigo (técnico da SUPRAM-Jequitinhonha) de cinismo, incompetência, imoralidade na condução da sessão de tortura moral que foi a reunião da URC Jequitinhonha no dia 29 de setembro.

Eu acuso os conselheiros da URC-Jequitinhonha que votaram a favor desta licença criminosa na pessoa de Andreza Lemos Meira, representante de instituição científica e de pesquisa, de produção de conhecimento e notório saber. Em 11 horas de reunião, após ouvir denúncias seríssimas, pronunciamentos de três professores doutores de uma universidade federal, pronunciamentos de alunos que fazem pesquisas na área do projeto, a conselheira sequer fez uma única pergunta. Atitude incompatível a qualquer cientista ou pesquisador. Acuso-a de ocupar indevidamente uma cadeira do COPAM na condição de pesquisadora, cientista ou pessoa de notório saber. No seu lattes consta apenas graduação em direito obtida ainda em ano recente (2010).

Eu acuso a URC Jequitinhonha e a Anglo American da promoção consciente e planejada do sofrimento social, da inauguração de nova modalidade de sofrimento, o sofrimento científico, e do crime de racismo ambiental.

Andréa Zhouri, cidadã brasileira. 29 de setembro de 2014.